

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

WANDER PEREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS ACERCA DA
GÊNESE DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
UBERLÂNDIA (1966-1978)**

**UBERLÂNDIA-MG
2006**

WANDER PEREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS ACERCA DA
GÊNESE DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
UBERLÂNDIA (1966-1978)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

Orientadora: Professora Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges

UBERLÂNDIA-MG
2006

WANDER PEREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS ACERCA DA
GÊNESE DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
UBERLÂNDIA (1966-1978)**

DEFESA EM 19/07/2006

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges – UFU

Dr^a. Sandra Cristina Fagundes de Lima – UFU

Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro – Universidade Federal do Piauí

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

P436r Pereira, Wander, 1975 -
 As representações e práticas sociais acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978) / Wander Pereira. - Uberlândia, 2006.
 286 f. : il.
 Orientador: Vera Lúcia Abrão Borges.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
 Inclui bibliografia.
 1. Educação - Teses. 2. Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Odontologia - História - Teses. I. Borges, Vera Lúcia Abrão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina à relação das instituições educativas com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2).

AGRADECIMENTOS

À minha Orientadora Dr^a. Vera Lúcia Abrão Borges por ter acreditado no meu potencial e ter me escolhido como orientando,

À professora Dr^a. Maria do Amparo Borges Ferro pela disponibilidade e gentileza de participar da banca examinadora,

Aos entrevistados Gaspar Paulino, Paulo César Azevedo, Wanderley Alves Ribeiro, Vanderlei Luiz Gomes, Alfredo Júlio Fernandes Neto, Ailton Amado, Antonio Mário Buso, Gildésio Rezende Alvarenga, Odorico Coelho da Costa Neto, Homero Santos, Rondon Pacheco, Juarez Altafin, Rosa Maria Domiciano Vidal, Abigail Maria da Silva e Nazaré Aparecida Massariolli,

A todos os colegas da turma do Mestrado pelos momentos difíceis e felizes que passamos,

Aos amigos Geraldo, Fernanda, Polyana, Cristiane, Maria de Lourdes, dizendo a eles que conforme a música: “amigos para sempre é o que nós iremos ser na primavera ou em qualquer das estações, nas horas tristes, nos momentos de prazer, amigos para sempre”,

Aos funcionários do mestrado James, Jesus e Giane,

Aos meus prezados irmãos: Wolney e Walney,

À minha querida Ana Flávia pelos momentos alegres de nossa convivência, pela somatória de forças, pela paciência, dedicação, amor, carinho, compreensão e pelo otimismo e ajuda durante todos os instantes deste trabalho,

Ao meu pai Wanderley Sebastião Pereira pela vida, pelo exemplo de comportamento demonstrando sempre, desde os meus tempos de criança, o que é o modelo de Sabedoria, Força e Beleza.

Especialmente, à minha mãe Marisa Pereira, responsável pelo incentivo e as frases confortantes sempre a dizer: “você vai vencer meu filho”,

E ao Supremo Arquiteto do Universo, Deus nosso criador, pela minha vida e de toda minha família, pela felicidade de estar nesse mundo, por ele iluminar meus pensamentos e abrir o caminho para mais esta vitória.

RESUMO

O presente trabalho destina-se à interpretação das representações e práticas sociais em torno da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, inserida no campo da História da Educação, abordando, especificamente, a História das Instituições Educacionais. Teve-se como objetivo geral apreender as práticas e as representações sociais, bem como as apropriações constituídas durante os primeiros tempos da Escola de Odontologia de Uberlândia (1966-1978). De forma específica, procurou-se interpretar as características contextuais em que a Escola foi implantada, analisando suas estruturas, relações da Faculdade com a comunidade, significados e práticas realizadas pelos agentes da Escola de Odontologia de Uberlândia, dentre outros aspectos. O período delimitado para a pesquisa vai desde 1966, ano da criação legal da Escola de Odontologia de Uberlândia, até 1978, quando se instituiu sua federalização, juntamente com os demais Cursos da Universidade de Uberlândia, passando a fazer parte da Universidade Federal de Uberlândia. Quanto às fontes de pesquisa, foram priorizados as que constam nos arquivos da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Foram utilizadas, também, fontes orais e bibliografias referentes à História da Educação, à História das Instituições Escolares e as que tratam do contexto da Ditadura Militar (1964-1985), em que o período recortado encontra-se inserido. A metodologia proposta referencia-se em uma interpretação norteada: a) pelos conceitos de apropriação, representações e práticas sociais trazidos por Roger Chartier, b) pela multidimensionalidade carregada pela interdisciplinaridade da modalidade interpretativa indicada por Justino Magalhães, c) pela valorização das especificidades e singularidades regionais e locais na tessitura da história sugerida por Ester Buffa e Paolo Nosella, e d) pela utilização da História Oral como técnica enriquecedora da historiografia atual. Com a utilização desses novos paradigmas como referenciais teórico-metodológicos, a nova historiografia, caracterizada por uma renovação nos quadros epistemológicos e hermenêuticos, originou um alargamento das problemáticas em História da Educação, também devido às inovações temáticas que ampliaram as formas de questionar, investigar, apreender e interpretar a diversidade dos contextos históricos, criando, desta sorte, uma possibilidade de se estudar a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Investigou-se a história da criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, orientando-se por essa nova historiografia que está sendo praticada por grande parte dos historiadores pertencentes aos núcleos de História e Historiografia das universidades. Foi possível permitir que os agentes participantes do processo de idealização/construção da Escola de Odontologia de Uberlândia pudessem se identificar e se enxergar como sujeitos históricos na constituição dessa Instituição Educacional Uberlandense. O resultado dessa dissertação indica que a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia está inserida em um momento próprio da História do Brasil, mais precisamente, no período conjuntural em que o capitalismo monopolista já estava assentado definitivamente no país, e, sob a égide do Governo Militar, que se valeu das estratégias de repressão e cooptação das categorias sociais, na tentativa de se manter no poder. Em consonância com a política desenvolvimentista adotada pelos Militares, surgiram as práticas de expansão e de interiorização do Ensino Superior no Brasil, e, também, a criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

Palavras-chave: Educação, Odontologia e História.

ABSTRACT

This present project is an interpretation of the presentations and social practices around the genesis of the Uberlândia's Odontology Faculty, introduced in the field of Education History, specifically approaching the History of Educational Institutions. It has as a general objective, to apprehend the practices and the social representations, as well as appropriation constituted during the first times of Odontology School in Uberlândia (1966-1978). In an specific form, the contextual characteristics were interpreted according to the introduction of the School, analysing its structures, the relationship between the School and the community, the meanings and the practices done by the agents of Odontology School. The period that was used in this resource begins at 1966, year when the Odontology School was legally created, until 1978, year in what it constituted its federalization, together with the other courses at the Federal University, joining the Uberlândia's Federal University. As far as is concerns to the researches sources, the priority was the ones which consisted in the archives of the Odontology School. Had been also used oral sources and bibliographies to the History of the Education, the History of the Pertaining to school Institutions and the ones that deal with the context of the Military dictatorship, where the cut period had been inserted. The proposed methodology refered to a guided interpretation: a) for the appropriation concepts, social practical representations brought by Roger Chartier, b) by the multidimensionality brought by the interdisciplinary of the interpretative modality indicated by Justino Magalhães, c) by the valuation of the regional and local singularities and specifities in the organization suggested by Ester Buffa and Paolo Nosella, d) by the use of the Oral History as a rich technique of the nowadays historiography. With the use of these new paradigms as theoretical-methodological referentials, the new historiography, characterized by a new renovation in the epistemological and hermeneutical situations, it had originated a widening of the problematics in Education History, also due to thematic inovations which increased the ways of questioning, investigating, apprehending and interpreting the diversity of historical contexts, creating a possibility of studying the genesis of the Uberlândia's Odontology Faculty. The story of creation of the Uberlândia's Odontology Faculty had been investigated, guided by this new historiography and being practised by great part of the historians who belong to the group of History and Historiography universities. It was possible to allow to the agents that participate of the construction process of the Uberlândia's Odontology School identify and see themselves as historical subjects in the constitution of this Educational Institution in Uberlândia. The result of this text indicates that the genesis of the Uberlândia's Odontology Faculty is inserted in a proper moment of Brazil's History, precisely, in the conjuntural period in which the monopolist capitalism had already been definately set in the country and, under the overpower of the Military Government, that used repression strategies and co-optation of social categories, in the attempt of keeping itself in command. According to the politics adopted by the Military, expansion and interiorization practices had appeared in High School Education in Brazil, and also the creation of the Uberlândia's Odontology Faculty.

Key words: Education, Odontology and History.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
LISTA DE TABELAS.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	14
LISTA DAS ENTREVISTAS.....	15
LISTA DE DOCUMENTOS.....	16
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	17
INTRODUÇÃO.....	20

CAPÍTULO I

1. SUBSÍDIOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA GÊNESE DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA

1.1. Breve estudo sobre as influências das mudanças temáticas e paradigmáticas historiográficas na atual historiografia brasileira.....	32
1.1.1. Utilização das fontes impressas na pesquisa historiográfica atual.....	37
1.1.2. A história Oral como técnica enriquecedora da historiografia atual.....	39
1.2. Breve histórico da Odontologia no Brasil.....	43
1.3. Políticas de Ensino Superior no Brasil (1964-1985).....	62
1.4. Surgimento do Ensino Superior em Uberlândia: das faculdades isoladas à federalização e à institucionalização da UFU.....	68

CAPÍTULO II

2. FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA: CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO.....

79

2.1. Gênese e instalação da Faculdade de Odontologia da atual Universidade Federal de Uberlândia.....	80
2.2. Estrutura inicial da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.....	96
2.3. A criação do Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais (CRO-MG) influenciando nas representações e práticas sociais presentes na origem da FOU.....	109
2.4 A realidade escolar: objetivos, funções, meios e suportes.....	112

CAPÍTULO III

3. CRIAÇÃO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS

3.1. A pesquisa das fontes orais envolvendo a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.....	119
3.2. Os primeiros alunos da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.....	124
3.3. Fatores determinantes na escolha do Curso de Odontologia.....	126
3.3.1. Fatores determinantes na escolha do Curso de Odontologia sob o ponto de vista dos ex-alunos das primeiras turmas.....	127
3.3.2. A escolha do Curso de Odontologia sob o ponto de vista dos pais dos ex-alunos entrevistados.....	129
3.4. Concepções acerca do ingresso no mercado de trabalho na visão dos ex-alunos das primeiras turmas.....	130
3.5. A questão relativa aos dentistas práticos: uma problemática advinda dos primórdios históricos da Odontologia brasileira e presente no momento da criação da FOU.....	130
3.6. O que representou ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia.....	133
a) Criação da FOU sob o ponto de vista dos alunos	
b) Criação da FOU sob o ponto de vista dos políticos	
c) Criação da FOU sob o ponto de vista dos funcionários	
3.7. Principais dificuldades na criação da FOU: financeiras e de localidade para instalação da sede da Policlínica.....	136
3.7.1. Práticas para resolver as dificuldades na criação da FOU.....	137

a) Atuação do idealizador e fundador professor Laerte Alvarenga de Figueiredo	
b) Atuação dos alunos para solução das dificuldades na criação da FOU	
3.8. O Regime Militar e Faculdade de Odontologia de Uberlândia sob o ponto de vista dos entrevistados.....	139
a) Reminiscências e sentimentos trazidos por alguns ex-alunos da FOU, em relação à época do Governo Militar	
b) Práticas de controle e vigilância para a “Segurança Nacional”	
c) Práticas administrativas de respeito às leis vigentes no Período Militar	
d) “Trote” <i>versus</i> ideologia da “Segurança Nacional”	
3.9. “Forças” responsáveis pela criação da FOU.....	145
a) Os políticos e os representantes das categorias detentoras do Poder e suas práticas em nome da sociedade uberlandense	
b) Os primeiros professores e sua participação no processo de criação da FOU.	
4. O novo paradigma na Odontologia: práticas sociais preventivas.....	151
5. Colaboração da FOU para a melhoria das condições de saúde em Uberlândia.....	152

TÓPICO FINAL

4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. Retomando as perguntas que nortearam a pesquisa.....	162
a) Como se constituiu essa Escola?	
b) Quem foram seus primeiros professores?	

- c) Que saberes docentes constituíram seu *curriculum*?
- d) Quem foram seus primeiros alunos?
- e) Que espaço Físico arquitetônico gestou a Escola de Odontologia?
- f) Quais as representações e práticas sociais em torno dessa Escola de Ensino

Superior?

4.2. Contribuições do estudo.....	168
4.2.1. Contribuições teóricas.....	168
4.2.2. Contribuições metodológicas.....	168
4.2.3. Contribuições práticas.....	169
4.3. Limitações do estudo.....	171
4.4. Sugestões para futuras investigações.....	171
4.5. Considerações Finais.....	172

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
--	------------

ANEXOS

FIGURAS

TABELAS

ENTREVISTAS REALIZADAS

DOCUMENTOS

LISTA DE TABELAS

TABELA - I: COMPONENTES DAS GESTÕES ADMINISTRATIVAS DA ESCOLA DE ODONTOLOGIA (1970-1978).....	96
TABELA – II: RELAÇÃO DOS ALUNOS GRADUADOS PELA FOU, E DOS DOCENTES FORMADOS POR ELA DE 1973 A 1978.....	149
TABELA – III: REITORES E VICE-REITORES DA UNIVERSIDADE DE UBERLÂNDIA (1969-1978).....	186
TABELA VI – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FOU - <u>TURMA DE 1973</u>	187
TABELA V – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FOU - <u>TURMA DE 1974</u>	190
TABELA VI – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FOU - <u>TURMA DE 1975</u>	192
TABELA VII – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FOU - <u>TURMA DE 1976</u>	195
TABELA VIII – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FOU - <u>TURMA DE 1977</u>	197
TABELA IX – RELAÇÃO DE ALUNOS DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - <u>TURMA DE 1978</u>	200

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA I. Foto da fachada do prédio situado na Avenida Engenheiro Diniz, nº. 1178, antiga Policlínica da Odontologia e atual reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, copiada do Jornal “Correio de Uberlândia” de 10 de outubro de 1975, nº. 12.545, ilustrando a reportagem intitulada: *Reconhecida pelo presidente Geisel a Faculdade de Odontologia da Universidade de Uberlândia*.....19
- FIGURA II. Foto “Boutique de Barbier” copiada do livro de Jean Baptiste Debret. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Tomo I. Vol. I. Editora da Universidade de São Paulo. 1978. p.212.....50
- FIGURA III. Foto do momento da assinatura do convênio entre a Faculdade de Medicina de Uberlândia e a Faculdade de Odontologia de Uberlândia. A 30 de dezembro de 1969.....94
- FIGURA IV. Foto da estrutura fornecida pelo convênio entre a Faculdade de Medicina e a FOU, datada de janeiro de 1970.....95
- FIGURA V. Organograma copiado do Arquivo Geral da UFU, com data de referência: 1970.....104

LISTA DAS ENTREVISTAS

ANEXO I - Entrevista 01- Gaspar Paulino ex-aluno da turma de 1975.....	203
ANEXO II - Entrevista 02- Ministro Homero Santos ex-vice-presidente do TCU.....	211
ANEXO III - Entrevista 03- Paulo César Azevedo ex-aluno da turma de 1973.....	214
ANEXO IV - Entrevista 04- Wanderley Alves Ribeiro ex-aluno da turma de 1975.....	219
ANEXO V - Entrevista 05- Vanderlei Luiz Gomes ex-aluno da turma de 1975.....	225
ANEXO VI - Entrevista 06- Alfredo Júlio Fernandes Neto ex-aluno da turma de 1975.....	229
ANEXO VII - Entrevista 07- Ailton Amado ex-aluno da turma de 1974.....	234
ANEXO VIII - Entrevista 08- Antônio Mário Buso ex-aluno da turma de 1973.....	238
ANEXO IX - Entrevista 09- Gildésio Rezende Alvarenga ex-aluno da turma de 1978.....	242
ANEXO X - Entrevista 10- Odorico Coelho da Costa Neto ex-aluno da turma de 1974.....	246
ANEXO XI - Entrevista 11- Rosa Maria Domiciano Vidal funcionária FOUFU.....	255
ANEXO XII - Entrevista 12- Abigail Maria da Silva funcionária FOUFU.....	257
ANEXO XIII - Entrevista 13- Juarez Altafin ex-reitor UnU.....	259
ANEXO XIV - Entrevista 14- Rondon Pacheco ex-governador de Minas Gerais.....	265
ANEXO XV - Entrevista 15- Nazaré Aparecida Massariolli ex-paciente da Policlínica da FOU.....	272
ANEXO XVI - Questionário Semi-estruturado norteador das entrevistas realizadas.....	274

LISTA DOS DOCUMENTOS

DOCUMENTO I - Memorando nº. 421, de 31 de maio de 1973 do Reitor da Universidade de Uberlândia para o Diretor da Faculdade de Odontologia. Dr. Laerte Alvarenga de Figueiredo. Assunto: faz solicitação.....276

DOCUMENTO II – Memorando nº. 608, de 27 de agosto de 1973 do Reitor da Universidade de Uberlândia para o Diretor. Laerte Alvarenga de Figueiredo. Assunto: Faz comunicações.....277

DOCUMENTO III – Memorando nº.92/73/Sigiloso, de 13 de fevereiro de 1973 do Reitor da Universidade de Uberlândia para o Diretor Laerte Alvarenga de Figueiredo.....278

DECLARAÇÃO - Atestado de comparecimento da paciente Nazaré Aparecida Massariolli na Policlínica da FOU na condição de paciente para fins de abono de faltas escolares.....285

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABENO- Associação Brasileira de Ensino Odontológico
- ADESG- Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
- AEU - Autarquia Educacional de Uberlândia
- AID - Agency for International Development
- ANPUH- Associação Nacional de História
- ARENA- Aliança Renovadora Nacional
- CD - Cirurgião Dentista
- CEBIM - Centro de Ciências Biomédicas
- CEDHI - Centro de Documentação Histórica
- CEE - Conselho Estadual de Educação
- CFE - Conselho Federal de Educação
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CONFOUFU- Conselho da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia
- CSO - Curso Superior de Odontologia
- CRO - MG- Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais
- DA'S - Diretórios Acadêmicos
- DCE - Diretório Central Estudantil
- EMCIU- Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia

FEMECIU- Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia

FOU - Faculdade de Odontologia de Uberlândia

FOUFU- Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia

HO - Hospital Odontológico

IES - Instituição de Ensino Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

km - Kilômetros

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MG - Minas Gerais

OMS - Organização Mundial de Saúde

PSO - Pronto Socorro Odontológico

SESu - Secretaria de Ensino Superior

S/D - Sem Data

SIC - Segundo Informação Colhida

SUS - Sistema Único de Saúde

UAI's - Unidades de Atendimento Integrado

UDA'S - Unidades Didáticas Avançadas

UESU - União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

USAID- Agency for International Development United States

USP - Universidade de São Paulo

**AS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS ACERCA DA GÊNESE
DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA
(1966-1978)**



FIGURA 1. Foto da fachada do prédio situado à Avenida Engenheiro Diniz, nº. 1178, antiga Policlínica da Odontologia e atual reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, copiada do Jornal “Correio de Uberlândia” de 10 de outubro de 1975, nº. 12.545, ilustrando a reportagem intitulada: *Reconhecida pelo Presidente Geisel a Faculdade de Odontologia da Universidade de Uberlândia.*

INTRODUÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa insere-se no campo da História da Educação, especificamente, da História das Instituições Educacionais, e interpreta a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, no período de 1966 a 1978.

Endossando Caetano e Dib (1988), pode-se afirmar que a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) é uma referência básica sobre a Educação Superior em Uberlândia e um guia sobre as primeiras faculdades. No entanto, há poucas monografias sobre a Odontologia no Brasil e, menos ainda, obras acerca da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (FOU).

A Escola de Odontologia de Uberlândia foi criada com a Lei 4.275, em 27 de setembro de 1966. Entre setembro de 1966 e janeiro de 1972 foi organizado seu espaço físico, o corpo docente/discente e a administração. Assim, investigou-se como se constituiu essa Escola, quem foram seus primeiros professores, quais saberes constituíram seu *curriculum*, quem foram seus primeiros alunos e que espaço físico-arquitetônico gestou a Escola de

Odontologia. Enfim, analisou-se quais os significados e práticas sociais em torno desta Escola Superior.

Com o objetivo de ir ao encontro desse passado recente, da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, e, ao mesmo tempo, buscando não cometer o engano de realizar interpretações absolutistas, que reduzem a realidade a uma única verdade, adotou-se como categoria de análise, o conceito de representação proposto por Roger Chartier, pois entende-se que esse pressuposto teórico possibilita interpretar a história tanto no seu aspecto material, quanto na perspectiva subjetiva, conseguindo, portanto, tratar da realidade objetiva e subjetiva sem dividi-la em duas categorias opostas e díspares.

Entende-se que ao tentar tecer a história são inúmeras as ligações entre uma construção objetivada e outra sob um viés mais subjetivo, e, em virtude disso, essas representações permitem apreender dimensões conflituosas. As representações devem ser interpretadas como um processo de construção do real, através da constituição dos significados que dão sentido à realidade.

Para Chartier:

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesse sentido, esse autor propõe um conceito de representação mais determinado historicamente e, em um sentido mais particular, sendo este utilizado para construir a história da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. De acordo com esse conceito, os signos são utilizados como representação, possibilitando a realização de inúmeras interpretações, permitindo ir desde a análise da estrutura inicial da Faculdade até o estudo dos

relatos orais dos agentes partícipes do momento recortado, identificando formas de expressão das diferentes categorias.

Nesse estudo, propõe-se, como objetivo geral, apreender as práticas e as representações sociais¹, bem como as apropriações², constituídas durante os primeiros tempos da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, no período delimitado. E, de forma específica, procurou-se interpretar as características contextuais em que a Escola foi implantada – sua estrutura e arquitetura, relações da Instituição com a comunidade e as práticas realizadas pelos agentes da Escola de Odontologia de Uberlândia, dentre outros aspectos.

A pesquisa proposta vincula-se à linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação do Curso de Mestrado em Educação da UFU”, tendo como eixo a história das instituições educacionais do Triângulo Mineiro.

O interesse por esta pesquisa surgiu por ocasião da experiência como aluno do referido Curso de Odontologia da UFU, nos anos de 1993 a 1997, quando ocorreu a vontade de perquirir e conhecer melhor a história desta Escola. Ao ingressar como acadêmico, foram inúmeros os questionamentos que, na maioria das vezes, permaneciam sem respostas, justificando, assim, o desenvolvimento deste trabalho.

Considerou-se relevante estudar a História da Educação Superior em Uberlândia, não apenas por sua importância nessa cidade e região, mas, principalmente, pelo período investigado (1966 a 1978), época de benefícios para a comunidade uberlandense no

¹ Segundo Roger Chartier deve-se fazer: [...] *a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objectivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras. (CHARTIER, 1990, p. 27).* Essas figuras podem ser entendidas como representações que são modeladas por demarcações e esquemas, constituindo o objeto da história. As representações e práticas sociais podem refletir ou desviar do social identificado, que para esse autor, *existe por si próprio como um real bem real.*

² *A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 1991, p. 180).* Ou seja, endossando as palavras de Roger Chartier, a apropriação consiste na apreensão dos usos e interpretações da realidade, por meio das configurações intelectuais múltiplas que resultam em práticas, visando propiciar uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo.

tocante à assistência social. Na verdade, este constitui o período da consolidação do Comando Militar e em que o capitalismo monopolista já estava assentado definitivamente no país, tendo-se como uma das características deste Governo os “objetivos” de expansão e de interiorização do ensino superior no Brasil.

Sendo assim, após repensar as variadas opções de pesquisa, buscou-se conhecer o campo da história e da historiografia da Faculdade de Odontologia em Uberlândia, pois, além de ser uma área extremamente interessante e não existir outras pesquisas nessa linha de estudo, vai ao encontro da vontade do pesquisador em majorar os conhecimentos necessários para a atuação de um bom educador.

Vale ainda destacar a relevância da FOU para a sociedade uberlandense, pois serviu como marco e referência, junto à Escola de Medicina, para o Ensino na área das Ciências Biomédicas em Uberlândia e região.

É interessante ressaltar que a delimitação proposta para investigação resultou das análises iniciais em torno dos dados coletados em alguns periódicos dos Jornais “O REPÓRTER”, “O TRIÂNGULO”, “MINAS GERAIS” e o “CORREIO DE UBERLÂNDIA” de 1960 a 1978, e da leitura da dissertação de Cristiane Lopes Simão Lemos (2003), que analisou o desenvolvimento curricular da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia (FOUFU). Essas fontes indicam que a história da educação superior no Município de Uberlândia é recente, datando do início dos anos de 1960, mas foi idealizada em fins dos anos de 1950.

Atualmente, no Brasil, a História da Educação está atenta a todas as transformações que estão a inquietar os historiadores da educação. Por isso, valoriza as novas fontes documentais, tais como os jornais, as revistas, as fontes orais e outras.

A orientação teórica presente atualmente defende que o processo de construção de interpretações sobre o passado se faz no diálogo necessário entre nossas idéias e concepções e os indícios que conseguimos agrupar para corroborar nossas assertivas (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 29).

Na perspectiva de orientação teórica, essa investigação baseou-se em textos impressos, arquivados ao longo dos anos, bem como no relato oral dos personagens participantes e dos que ainda participam da história da Instituição Escolar pesquisada. Além disso, também foram utilizadas fontes iconográficas. A história aqui proposta é interpretativa, pois se respalda em um permanente diálogo com as informações encontradas (fontes impressas, iconográficas e orais, entre outras).

Contudo, a análise não se limitou aos documentos oficiais e à bibliografia indicada, mas estes foram enriquecidos com relatos orais de professores, ex-alunos e outros profissionais envolvidos, permitindo, assim, preencher os espaços encontrados nas demais fontes.

Com a criação legal da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, em 1966, teve-se, posteriormente, o surgimento do Hospital Odontológico (HO), do Pronto Socorro Odontológico (PSO), dos atendimentos nos bairros e nas Unidades de Atendimento Integrado (UAI'S), nas Unidades Didáticas Avançadas (UDA'S), e de trabalhos realizados em conjunto pelos alunos e professores nas escolas desses bairros. Tais ações viabilizaram o contato da população uberlandense com a assistência de grupos especializados em saúde bucal, resultando em mudanças relevantes nesse setor da saúde.

Considera-se importante destacar que para elaborar a história de uma Instituição de Ensino Superior deve-se, antes de tudo, buscar sua inserção num quadro de práticas e representações sociais, que se interligam nos contextos local, nacional e mundial. No entanto, é sabido que as representações que os sujeitos fazem de si mesmos e de suas instituições não seguem modelos ordenados. Às vezes, uma realidade se sobrepõe e/ou se justapõe, ocorrendo inúmeras e diferenciadas apropriações.

Sobre isso, Magalhães esclarece:

Esta etnohistoriografia, centrada na instituição educativa (a escola ou similar), permite novos debates no interior das ciências da educação, não apenas pelo cruzamento interdisciplinar e pelos contributos ao nível da conceptualização, mas também porque se revela útil para a formação de pedagogos educadores, ou outros técnicos e especialistas. A escola ora é tomada em si mesma como um todo em organização, instituído num contexto, ora é tomada como o principal referente e como eixo de estruturação reservada à abordagem historiográfica uma explicação e a inscrição da realidade educativa em quadros sócio-culturais e político-ideológicos mais amplos. (MAGALHÃES, 1998, p.55).

Desse modo, infere-se que a escola não é, por excelência, único referente quando se busca uma análise da instituição educacional. É também o *locus* das divergências de opiniões, de atitudes, de apropriações e de valores. Por isso, é importante, na análise das instituições de educação superior, o diálogo entre a História, a Sociologia, a Antropologia e mesmo o Direito.

A primeira tarefa cumprida foi estudar as investigações realizadas sobre a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), ressaltando-se a obra de Caetano e Dib (1988), que trata do nascimento das Faculdades de Uberlândia, da criação da Universidade de Uberlândia e do seu processo de Federalização, o que ampliou os horizontes dos que anseiam estudar a História das Instituições de Ensino Superior e tratar com as mais diversas fontes. Grande contribuição sobre o assunto também trouxe Maria Dolores Sanches Fernandes (2003), ao estudar as origens do curso de Pedagogia de Uberlândia.

Na linha da História das Instituições Educacionais, pode-se citar a dissertação de Lucinete M. V. Araújo (2003), que apresenta uma visão da interiorização do ensino superior; o processo de gênese da Escola de Engenharia de Uberlândia e a sua inserção no quadro das representações sociais.

Na área de Odontologia, Simone Maria de Ávila Silva Reis (2002) preocupou-se com o perfil profissional do cirurgião dentista, mostrando que este se apresenta distante do ideal considerado por ela sobre os recém-formados nos cursos de odontologia no Brasil.

Tratou, portanto, das deficiências e ineficácias na tentativa de integração das disciplinas ministradas, pois estas, na maioria das vezes, não conseguem oferecer um cirurgião dentista capaz e comprometido com a função social da Odontologia.

Outra pesquisa relevante é a de Geraldo Vieira Filho (1993) que verificou o papel das lideranças locais e do Governo Federal no Ensino Superior no município de Uberlândia, no período de 1957 a 1978. Abordou também o processo de criação, desenvolvimento e consolidação do ensino superior em Uberlândia, enfocando a participação das lideranças locais e do Governo Federal na estruturação das escolas e dos cursos que, mais tarde, comporiam a Universidade Federal de Uberlândia. Este trabalho contribuiu, sobremaneira, para enriquecer a revisão bibliográfica sobre o tema em estudo.

Sobre o estudo da expansão e da interiorização do Ensino Superior brasileiro, com a valorização e o respeito às especificidades e singularidades regionais e locais, tem-se as presenças de Ester Buffa e Paolo Nosella, na trilogia sobre a Escola Normal (1996), Escola Profissional (1998) e Escola de Engenharia (2000), apresentam um rico estudo sobre a história regional e a política educacional em São Carlos – SP. A possibilidade de contribuir para a reconstrução da história das Instituições de Educação é a lição maior que eles registram.

Já a presente dissertação apresenta uma contribuição para o conhecimento geral da História da Odontologia no Brasil e, de forma mais detalhada, da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Tenta-se interpretar as múltiplas práticas, apropriações e representações sociais constituídas durante seu processo de construção.

Portanto, a investigação realizada apresenta o modelo de pesquisa histórico-educacional, relacionando o local (Uberlândia – MG) ao nacional, apoiando-se ainda no paradigma historiográfico interpretativo, o qual orientou o tratamento com as fontes. Dessa maneira, buscou-se apoio principalmente em Roger Chartier (1990 e 1991), Ester Buffa e

Paolo Nosella (1996, 1998 e 2000) e, principalmente, em Justino Magalhães (1988, 1996 e 1999).

Por se tratar de um período relativamente recente (1966-1978), foi possível realizar entrevistas³ com alguns dos sujeitos envolvidos – políticos, professores, ex-alunos e funcionários, do período delimitado, sendo que, alguns dos ex-alunos das primeiras turmas de Odontologia da Faculdade de Uberlândia encontram-se, no momento, participando do quadro docente, dentre outras atividades, tais como diretor e até mesmo coordenador de curso. Não se pode olvidar a presença de funcionários que também acompanharam o desenvolvimento histórico da Faculdade e ainda encontram-se ligados à instituição.

Inúmeras fontes foram utilizadas na pesquisa – bibliográficas, impressas, orais e iconográficas – compreendendo o levantamento, a leitura e a análise de fontes secundárias (obras consultadas) e também primárias - matérias jornalísticas, documentos que estão sob a guarda do Arquivo Geral da UFU⁴, discursos – de inauguração, formatura etc. Enfim, não houve uma única metodologia, pois o tratamento das diferentes fontes foi definido também por sua própria característica, tendo por base os referenciais teóricos apresentados, que foram redefinidos pelo próprio tratamento atinente à necessidade de cada fonte.

Para pesquisas na área da historiografia é de fundamental importância a compreensão das mudanças ocorridas na história da educação, com o intuito de apreender e refletir as memórias (sejam elas escritas – arquivos, livros, diários, relatórios, jornais – ou orais – depoimentos, fitas, entre outros) e, a partir das informações e dos dados colhidos, reescrever a história sob o olhar do historiador.

³ Entrevistas realizadas com nove ex-alunos das primeiras turmas (nº. 01 – Gaspar Paulino, nº. 3 – Paulo César Azevedo, nº. 04 – Wanderley Alves Ribeiro, nº. 05 – Vanderlei Luiz Gomes, nº. 06 – Alfredo Júlio Fernandes Neto, nº. 07 – Ailton Amado, nº. 08 – Antonio Mário Buso, nº. 09 – Gildésio Rezende Alvarenga, nº. 10 – Odorico Coelho da Costa Neto), dois políticos (nº. 02 – Homero Santos, nº. 14 – Rondon Pacheco), um ex-reitor (nº. 13 – Juarez Altafin), duas funcionárias (nº. 11 – Rosa Maria Domiciano Vidal, nº. 12 – Abigail Maria da Silva) e com uma paciente que foi atendida nos primeiros anos de funcionamento da Policlínica (nº. 15 – Nazaré Aparecida Massariolli).

⁴ Documentos esparsos distribuídos em caixas específicas do Curso de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, que poderão ser encontradas com os números 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 77.

Vale ressaltar que, apesar de existir uma grande relação entre os documentos e a história, os primeiros devem ser considerados como fontes de informações e de dados, evitando confundi-los com a própria história. Cabe ao historiador criticar as memórias trazidas pelos documentos, procurando desconstruir a realidade local, para que se possa utilizar a produção da memória com a finalidade de reler o passado, reinventando e reconstruindo “o antigo” na ótica do presente.

A partir desses pressupostos, confrontou-se o maior número possível de dados e informações acerca do período recortado, para obter uma interpretação da história dos primeiros tempos da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Desse modo, ampliou-se o leque de possibilidades. Com o desenvolver da pesquisa empírica, verificou-se a existência de uma grande quantidade de fontes concernentes à Faculdade de Odontologia de Uberlândia, destacando-se: arquivos, fotos, depoimentos orais e documentos.

Sobre os documentos e seu valor para a história, deve-se ressaltar os estudos de Le Goff que explica:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (LE GOFF, 1990, p. 546-547).

Valendo-se dos saberes de Le Goff, procurou-se entrecruzar os dados trazidos pelas fontes, cotejando as entrevistas orais com as informações fornecidas nos documentos e demais mananciais textuais, de maneira que nenhuma dessas fontes fosse tomada como a única detentora da verdade. Tentou-se observar e analisar as diversas representações contidas nos documentos acerca da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, procurando problematizá-las e inquiri-las dentro do contexto social em que foram produzidas.

A partir da análise dessas fontes e buscando atender aos objetivos propostos e responder às questões suscitadas *a priori*, esta dissertação foi dividida em três capítulos.

O capítulo I apresenta, em um primeiro momento, um breve estudo sobre as influências da evolução historiográfica na atual historiografia brasileira, esclarecendo ao leitor como se procurou tecer o trabalho dissertativo e qual orientação de escrita historiográfica foi adotada pelo pesquisador: a modalidade interpretativa.

Em um segundo momento, destaca-se um breve histórico da Odontologia no Brasil, ressaltando a importância do conhecimento da evolução histórica da profissão do cirurgião dentista para a construção da sua identidade e da sua localização como elemento partícipe da edificação histórica atual.

Posteriormente, trata-se das políticas de Ensino Superior no Brasil (1964-1985), referenciando-se às ações governamentais durante o Período Militar, visto que o período recortado (1966-1978), para o estudo em questão, encontrava-se sob a égide do Comando Ditatorial (1964-1985), o qual interferiu nos variados graus e níveis do sistema educacional, modificando o cenário educacional nacional. Em seguida, analisa-se como ocorreu o surgimento do Ensino Superior em Uberlândia, em especial, o surgimento das faculdades isoladas e o seu percurso até a federalização e a institucionalização da Universidade Federal de Uberlândia.

No Capítulo II, busca-se interpretar a institucionalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, analisando os elementos pertinentes à sua criação e à sua instalação, destacando-se como foi formada sua estrutura inicial, quais eram as condições históricas e culturais daquele contexto, e, por fim, realizou-se um estudo da realidade escolar, tentando trazer para a análise quais foram os objetivos, funções, meios e suportes no momento da gênese da Escola de Odontologia de Uberlândia.

No último capítulo, a partir da análise das fontes orais, ou seja, das entrevistas realizadas com os agentes participantes do processo histórico delimitado, responde-se aos questionamentos propostos, principalmente, no tocante à indagação inicial que perguntava: quais os significados e práticas sociais em torno desta Escola Superior? Tratando de forma específica, acerca de fatores determinantes da escolha do Curso, concepções a respeito do ingresso no mercado de trabalho, a questão relativa aos dentistas práticos, o que representou ter uma Faculdade de Odontologia em Uberlândia dentre outras questões.

Por fim, busca-se interpretar e apreender as representações e práticas sociais presentes nessa gênese, as quais contribuíram para a formação da história dessa Faculdade, deixando claro que ela foi o resultado da interseção de inúmeros fatores e “forças”, que vieram dos políticos, dos idealistas, dos professores, dos alunos e de todos que almejaram e lutaram pela concretização da FOU.

CAPÍTULO I

SUBSÍDIOS PARA UMA INTERPRETAÇÃO DA GÊNESE DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA

Este capítulo tem como objetivo desenvolver subsídios para construir uma interpretação em torno da gênese da FOU. Para tanto, foram pesquisados alguns aspectos da historiografia brasileira, observando como foram as mudanças temáticas e paradigmáticas e qual a tendência adotada entre os historiógrafos atuais.

A partir desse breve estudo do desenvolvimento da historiografia brasileira, pode-se entender a importância da utilização das fontes impressas e orais para a construção de uma interpretação histórica.

Com base nesses pressupostos básicos, elaborou-se um breve histórico da Odontologia no Brasil, passando em um outro tópico a tratar das políticas nacionais de Ensino Superior no período de 1964 a 1985, e, finalmente, analisou-se o surgimento do Ensino Superior em Uberlândia.

1.1. Breve estudo sobre as influências das mudanças temáticas e paradigmáticas historiográficas na atual historiografia brasileira

Antes de se historicizar a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1966-1978), premente se faz mostrar as principais mudanças ocorridas na historiografia brasileira e de onde vieram suas influências, com o intuito de situar o leitor de como se encontram, atualmente, o processo e a prática de se interpretar e tecer a história.

Hodiernamente, percebem-se vários autores nacionais estudando a nova historiografia, porquanto, para muitos dos historiógrafos da educação, as mudanças paradigmáticas e temáticas foram inúmeras, rompendo com a história da educação tradicional, de forma a despertar o interesse dos estudiosos sobre essa temática atual.

Segundo Burke (1992, p.12): Os historiadores tradicionais pensam na história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, enquanto a nova história está mais preocupada com a análise das estruturas.

O referido autor Peter Burke caracterizou as mudanças ocorridas no campo da história como uma “revolução historiográfica”, em que os historiadores dos Annales distanciaram-se da maneira positivista⁵ de se fazer a história.

Em consonância com os estudos de Gatti Júnior (2002) pode-se afirmar que a história da educação nasceu no campo da pedagogia, sendo marcada em seu início pela influência abstrato-filosófico da filosofia. Contudo, a nova modalidade historiográfica, também chamada interpretativa, insere-se em um processo de renovação específica na tentativa de se aproximar da realidade do caso concreto.

⁵ O Positivismo pregava a cientificação do pensamento e do estudo humano, visando a obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse movimento acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra: esta, em vez de mostrar as opiniões e julgamentos do seu criador, retrataria de forma neutra e clara uma dada realidade a partir de seus fatos, mas sem os analisar. Os positivistas crêem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra. Não foram poucos os que seguiram a corrente positivista: Auguste Comte, na Filosofia; Émile Durkheim, na Sociologia; Fustel de Coulanges, na História, entre outros, contribuíram para fazer do Positivismo e da cientificação do saber um posicionamento poderoso no século XIX.

Antes, a história da educação tinha uma forte ligação com o abstrato-filosófico, situando-se primordialmente no campo da filosofia. Entretanto, com o desenvolvimento de uma nova historiografia adotada nos novos núcleos de pesquisa ligados à história, passou-se a reler e a (re) escrever a história da educação sob o viés do historiador e não mais do pedagogo.

A nova modalidade historiográfica privilegia uma visão aprofundada dos espaços sociais destinados aos processos de ensino-aprendizagem, afastando-se dos axiomas anteriormente existentes, que davam ênfase a análises mais sistêmicas.

Justino Magalhães, um teórico adepto da modalidade interpretativa, esclarece que:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1996, p.2).

Contudo, é importante afirmar que, para alcançar o nível em que a historiografia se encontra hoje, ela passou por várias etapas e por influências de grandes teóricos.

Ainda, de acordo com Gatti Júnior (2002), na França, a historiografia do início do século XX, oriunda da “história problema” dos *Annales*, desdobrou-se em diversas correntes heterogêneas que determinaram mudanças no rumo da história da educação.

A história preconizada pelos fundadores dos *Annales*, em 1929, passou por uma significativa diferenciação, chegando, em 1970, a se auto-intitular como *Nova História*.

Na Inglaterra, por possuir uma forte tradição de estudos empíricos, nota-se um rompimento, tanto com a historiografia tradicional positivista, quanto com a historiografia do “marxismo vulgar”⁶.

O intelectual E. P. Thompson, com a publicação de artigos e livros, entrevistas em jornais, dentre outros trabalhos, abriu caminho para que Raymond Williams desenvolvesse o “materialismo cultural”, obra historiográfica e sociológica de relevante importância. Thompson, juntamente com Eric Hobsbawm, dentre outros, que ficaram conhecidos como intelectuais públicos, por tratarem, em seus textos, de problemas contemporâneos divulgados em muitos países.

Diante do exposto, a historiografia inglesa tornou-se mais crítica e abrangente, dando maior importância às singularidades e particularidades sociais, aumentando, assim, a criação de sub-disciplinas que mantêm certa proximidade com a Sociologia, a Antropologia e a Lingüística, trazendo renovações no campo da história da educação que interferiram no pensamento dos pesquisadores, historiadores e educadores por todo mundo.

Finalmente, reportando-se ao caso da pesquisa histórica da educação no Brasil, é possível ressaltar dois fatores de grande importância que influenciaram, de forma incisiva, a historiografia. O primeiro deles foi a obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira* (1943), causando impacto sobre como escrever a respeito da educação brasileira. O segundo foi a análise macroestrutural operada pela sociologia de base economicista, nos anos 50, que predominou até 1970.

⁶ Hobsbawm caracterizou o “marxismo vulgar” como uma elaboração teórica feita em nome de Marx, mas que muito pouco possui de marxista, ou seja, não representa necessariamente o pensamento amadurecido de Marx. O “marxismo vulgar”, segundo Hobsbawm, expressou-se “através de uma interpretação econômica da história, em que tudo dela depende; de um modelo de ‘base e superestrutura’, em que a primeira domina e determina unilateralmente a segunda; de uma limitação do movimento da história ao ‘interesse de classe e à luta de classe’; de um determinismo evolucionista e mecânico expresso nas ‘leis históricas e inevitabilidade histórica’ e ainda na eleição de determinadas temáticas como prioritárias, além da afirmação de uma certa imparcialidade da verdade nas obras historiográficas” (HOBSEBWM, 1982, p.248).

Os estudos voltados para assuntos regionais e locais, nos âmbitos estadual e municipal, representavam as novas tendências da pesquisa histórica, fazendo com que o pesquisador promovesse sua investigação sobre o passado, apropriando-se de um recorte eminentemente histórico, que valoriza as especificidades e as singularidades, não mais deixando prevalecer a concepção de que o pensamento educacional se sobrepõe à própria realidade da educação.

Desse modo, seguindo essa tendência, justifica-se e ressalta-se a importância do estudo das especificidades/singularidades da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, para desconstruir/interpretar e construir uma Nova História.

Em síntese, percebe-se que, nas duas últimas décadas do século XX, aconteceram grandes mudanças na historiografia brasileira, ocorrendo um aumento quantitativo e qualitativo das obras científicas na área de história da educação.

Nota-se que a criação dos núcleos de pesquisas baseadas na nova concepção interpretativa da história foi e ainda é de suma relevância para a concretização de trabalhos baseados em fontes primárias e na valorização da especificidade dos processos educacionais criados, por exemplo, no seio das Instituições Educacionais Brasileiras.

Nessa direção, procurou-se reconstruir a história da gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, com base nessa nova modalidade interpretativa, valendo-se de todos os instrumentos e meios possíveis na construção dos fatos históricos pertinentes a essa Instituição Educacional, durante o período delimitado.

Como já se afirmou, o delineamento dos processos de formação e de evolução das Instituições educacionais encontra-se na órbita da nova historiografia. A atual modalidade interpretativa produz um conhecimento historiográfico em renovação, novas formas de se pesquisar se interligam com uma ampliação das problemáticas concatenadas à diversidade dos contextos e às especificidades institucionais.

Gatti Júnior *et al* esclarecem acerca da nova historiografia, pois, segundo eles:

[...] nesta forma de trabalhar com a produção do conhecimento histórico, valorizam-se não só os aportes teóricos utilizados na investigação, mas também o contato com as evidências de investigação, os chamados vestígios do passado, que não se limitam aos documentos escritos, mas abrem-se também às fontes iconográficas, às fontes orais, entre outras; ou seja, o processo de construção de uma interpretação do passado se faz no diálogo necessário entre nossas idéias e concepções e os indícios que conseguimos agrupar para daí elaborar nossas interpretações (GATTI JÚNIOR *et al*, 1996, p.4).

Deve-se ressaltar, no entanto, que o historiador não necessita abandonar a análise de documentos oficiais, mas enriquecê-los com relatos orais dos atores envolvidos, procurando reconstruir características singulares e detalhes a partir desses depoimentos.

Justino Magalhães, adepto a essa nova forma de reler o passado, valendo-se da modalidade interpretativa, explica que:

A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação em que novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas (MAGALHAES, 1996, p.1).

A partir dessa nova abordagem, começaram as pesquisas no sentido de pensar e refletir sobre a realidade social, analisando os fatos concretos em todos os níveis. Magalhães utilizou a análise da história da educação por vários aspectos e diferenciados ângulos, valendo-se da multidimensionalidade carregada pela interdisciplinaridade.

Ao desenvolver um estudo sobre as instituições educativas, o pesquisador precisou manter uma atenção especial à hermenêutica, visto que ela é essencial para uma

reconceptualização e uma apurada intersecção de informações no processo de estudo institucional.

Pelo fato de o período recortado (1966-1978) para essa pesquisa, ser relativamente recente, as entrevistas realizadas com os partícipes principais do momento estudado trouxeram uma importante colaboração para a investigação das informações desse passado não muito distante do surgimento e da construção da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Para a reflexão da importância, do alcance e dos limites das fontes impressas, como significativos mananciais de informações para a historiografia das Instituições Educativas, é necessário considerá-las como textos que representam o contexto sócio, econômico, cultural e político da sua época. Em se tratando dos primeiros tempos da Faculdade de Odontologia da UFU, não se pode olvidar que o período em questão (1966-1978) caracteriza-se pela presença de um capitalismo já consolidado sob a égide do Regime Militar no Brasil.

1.1.1. Utilização das fontes impressas na pesquisa historiográfica atual

O trabalho com fontes impressas é interessante e, ao mesmo tempo, complexo, pelo fato de que são inúmeras as interfaces de discursos multidisciplinares e multidimensionais permeando a construção do texto refratário, pois são várias as apropriações e representações possíveis para um mesmo fato, o que dificulta a compreensão das fontes e enseja inúmeras interpretações para um mesmo texto.

As variações de apropriações e interpretações presentes nos impressos advêm do fato de uma mesma pessoa poder pertencer a diferentes tipos de categorias sociais à guisa

de ser aluno, professor, pai de família, entre outros setores, dos quais o indivíduo sofre influências e interferências na sua forma de ver, sentir, pensar e agir.

Cabe ao historiador desconstruir as fontes, analisando as marcas, as possíveis intenções e os sentidos que estão ditos. Para quem não consegue desvelar os dizeres alegando estar nas “entrelinhas”, pode-se afirmar que o pesquisador deve dialogar com as suas fontes de maneira a estabelecer problemáticas, fazendo-as se revelarem e tornando expresso o que estaria “tácito”.

Ao optar por elaborar uma impressão, a qual registrará a vontade de seu autor perpetuando-a no tempo, são inúmeros os interesses e vontades presentes nessa ação, devendo o historiador estar consciente de que não há neutralidade em nenhuma fonte impressa. Ao lidar com as fontes, o historiador tem opções de escolha entre produzir/imprimir/publicar ou não, mediado pela subjetividade que determina suas preferências.

Convém, ainda, esclarecer que nem mesmo o pesquisador/historiador atento e acautelado consegue uma neutralidade absoluta, esta não é possível ao determinar e pesquisar seu objeto de estudo. Contudo, no caso dessa pesquisa, tentou-se, ao dialogar com as fontes referentes a FOUFU, evitar preconceitos e juízos de valor ao analisá-las.

Porém, para Roger Chartier:

Por um lado, existe uma permanente interrogação sobre a possibilidade de ir do discurso ao facto, o que obriga a pôr em causa a idéia da fonte enquanto testemunho de uma realidade de que esta seria mero instrumento de mediação. Donde, a dupla tendência para analisar a realidade através das suas representações e para considerar as representações como realidade de múltiplos sentidos (CHARTIER, 1990, p.11).

Compreendendo a história numa visão ampla deve-se, ao analisar os impressos, situar o homem dentro de um contexto cultural em sentido *latu sensu*, pois a conjuntura interfere na vida das pessoas, de modo que, mesmo que cada indivíduo tenha suas apropriações particulares, ele faz parte de um contexto local, regional, nacional e mundial.

As fontes impressas devem ser analisadas como uma construção que foi escolhida para ficar na memória, colaborando para a tessitura da história. Não se pode esquecer que a produção da fonte impressa é advinda de uma escolha feita pelo autor e com uma determinada intenção: se foi produzido um documento, um texto jornalístico, um artigo, um *folder*, um monumento, é importante levantar hipóteses valendo-se de pressupostos fundamentais para fazer com que as fontes “falem”.

Conforme metodologia de trabalho programada anteriormente, procurou-se, no trato com as fontes impressas, abarcar a maior quantidade de dados dessa Instituição Educacional de Odontologia uberlandense, desconstruindo os documentos e monumentos para tentar construir reflexões que levaram a uma interpretação dessa história.

Todas essas reflexões acerca das interferências “externas” na história da educação levam a afirmar que a historiografia da educação brasileira é dinâmica e rica, pois o processo de escolarização não só envolve os sujeitos diretamente implicados com a Instituição Educacional, mas também o conjunto das Instituições Sociais que deixaram sua história registrada nas fontes impressas de seu tempo.

Deve-se destacar também que, atualmente, a história oral serve como um importante suporte utilizado como técnica para os pesquisadores, que buscam dar um novo olhar sobre os fatos, diferentemente do elaborado a partir das categorias abastadas e da documentação oficial.

1.1.2. A história Oral como técnica enriquecedora da historiografia atual

A história oral trouxe a possibilidade da reconstrução histórica enriquecida pela memória daqueles grupos sociais discriminados, dando-se “voz” a quem até então “não a possuía”, além de trazer certas evidências, muitas vezes, ausentes nas demais fontes.

Portanto, ela é especialmente importante, permitindo que o historiador analise questões críticas anteriormente restritas, pelo fato de dizerem respeito a atividades que raramente deixavam registros e vestígios para serem estudadas.

A evidência oral pode se dar sob diferentes formas, tais como biografia, entrevistas e depoimentos, sendo que sua utilização pode levar a uma nova dimensão da história que:

Também possibilita que indivíduos pertencentes a categorias sociais geralmente excluídas da história oficial possam ser ouvidos - deixando registradas para análises futuras sua própria visão de mundo e aquela do grupo social ao qual pertencem (SIMSON, 2004).

Paul Thompson também ressalta a importância do relato oral.

[...] Enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma de ficção erudita. A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira (THOMPSON, 1998, p.137).

Contudo, deve-se ressaltar que o fato da tradição oral ser uma rica via de informações, a qual amplia as problemáticas colocadas pela História da Educação, não permite esquecer a necessidade de ser interpretada enquanto informações e dados que devem ser cruzados com outros tipos de fontes.

O uso da história oral é importante para a História das Instituições educativas, uma vez que é:

[...] certo que o historiador não pode deixar mão da informação oral, sob pena de se perderem gradualmente os depoimentos vivos referentes a períodos altamente significativos da história recente [...]. Mas tal recurso não pode deixar de contrapor-se à informação escrita (MAGALHÃES, 1996, p.17).

A História Oral tem seus problemas de confiabilidade, pois a memória humana é seletiva. Contudo, tanto no documento oral como no escrito, cabe ao pesquisador estar atento e ter consciência clara de que os mesmos são produzidos por pessoas em tempos próprios, muitas vezes envolvidos pelos acontecimentos, fazendo suas próprias representações e apropriações. Mesmo assim, destaca-se que, tanto as fontes orais quanto as impressas, são importantes instrumentos utilizados pela historiografia atual.

Diante do exposto, vale lembrar que, conforme afirmado na introdução desse trabalho, as concepções contemporâneas de história e historiografia da educação não são as mesmas que permearam a história tradicional, as inovações paradigmáticas e temáticas foram tantas, que ampliaram as formas de questionar, investigar, apreender e compreender a diversidade dos contextos históricos.

A nova historiografia, caracterizada por uma renovação nos quadros epistemológicos e hermenêuticos, originou um alargamento das problemáticas em História da Educação, permitindo uma abordagem construtiva de um processo histórico capaz de atender à necessidade de se ter uma identidade histórica.

Nessa pesquisa investigou-se a história da criação da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia, norteado pela nova historiografia, de maneira a possibilitar que os agentes participantes do processo de idealização/construção da Escola de Odontologia de Uberlândia pudessem se identificar e se enxergar como sujeitos históricos na constituição desta Instituição Educacional uberlandense.

Parafraseando Ester Buffa e Paolo Nosella (2000, p.2), essa história dos primeiros tempos da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia é resultado de um determinado olhar. Outros olhares, certamente, são possíveis sobre essa

mesma Escola. Os homens não cessam de questionar o passado, fazendo da história uma ciência aberta.

Sendo assim, na seqüência, de forma sucinta, realizou-se uma interpretação de alguns aspectos pertinentes a história da Odontologia brasileira.

1.2. Breve histórico da Odontologia no Brasil

O estudo da história não deve se tornar só um momento de prazer, mas também algo vivo, contemporâneo e significativo que possibilite aos estudiosos a compreensão e a leitura da realidade. Dessa forma, antes de entrar no objeto central do presente trabalho: a história da criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia-MG, considerou-se interessante analisar como se deu a evolução histórica da Odontologia no Brasil, entendendo-a como elemento essencial para a construção de uma identidade e de uma interpretação dos dentistas como sujeitos históricos.

Após uma revisão bibliográfica, percebeu-se uma escassa literatura que trata especificamente da história da profissão do Cirurgião Dentista, de forma que poucos conhecem os meandros, as curiosidades e alguns porquês da história da Odontologia brasileira.

Sendo assim, com esse breve histórico tentou-se apresentar os fatos que, na análise do pesquisador, foram julgados relevantes. Como na maioria das sínteses, a maior dificuldade encontrada foi a de tentar resumir sem perder os elementos importantes que essa história traz.

Para a realização dessa análise, foram utilizados: Obras, Leis, Decretos, Resoluções, Pareceres, entre outras normas que foram colhidas em publicações citadas no Diário Oficial da União, ou em publicações específicas do Conselho Federal de Educação, do Conselho Regional de Odontologia e do Conselho Federal de Odontologia.

Para iniciar, analisou-se o fato de que as Faculdades de Odontologia no Brasil foram regulamentadas após a criação das faculdades de Odontologia dos países da Europa, mesmo porque a história da prática Odontológica começou a ter seus registros com a chegada do colonizador português há aproximadamente 506 anos atrás. Isto não quer dizer que não

havia nenhuma prática dos curandeiros indígenas, ou seja, dos pajés⁷ para solucionar ou amenizar uma dor de dente do nativo (CUNHA, 1952. p.39).

As ciências da área de saúde, e dentre elas, a Odontologia, perpassaram por etapas ao longo de sua trajetória de transformações; de maneira inicial, teve um caráter de Pré-cientificismo⁸ nos séculos XVI e XVII, desenvolvendo-se até alcançar as escolas especializadas no ensino da prática odontológica, passando, dessa maneira, para uma fase que se valeu de embasamento teórico-empírico, adquirindo um caráter mais científico.

Mesmo com as tentativas de fiscalização por cada órgão competente de sua época, por vários séculos, predominou no Brasil a prática da Odontologia exercida pelos escravos isentos de base teórica e que tampouco passaram por um estudo prévio antes de ingressarem na profissão de extrair dentes.

De acordo com historiadores, desde o período colonial verificou-se que a conquista dessa terra “desconhecida” não teve grande importância para o português colonizador. Mais tarde surgiram os primeiros pontos coloniais: em 1530, o de São Vicente, sendo que em 1550, Thomé de Souza fundou as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador. (CUNHA, 1952. p.41). Apesar de serem pequenos povoados e com um pequeno número de habitantes, deveriam existir “mestres” atuantes em todos os ofícios para atender às necessidades da população, e, dentre esses, haveria de ter os “mestres” cirurgiões e os barbeiros, para cuidar das dores dentárias (CUNHA, 1952. p.41).

Portanto, já aparece neste momento a figura do “barbeiro” e do “sangrador”, termos que foram empregados até meados do século XIX para denominar os atendentes de saúde do povo colonial, cada um com seu tipo de atividade: ao “barbeiro” destinava-se o

⁷ De acordo com o Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI [Do tupi.] S. m.

a) Antrop. Etnol. Bras. Designação dada ao especialista ritual que, nas comunidades indígenas brasileiras, tem a atribuição ou o suposto poder de comunicar-se com as diversas potências e seres não humanos (espírito de animais, de pessoas mortas, etc.); xamã: "O tuxaua e o pajé... guardam segredos invioláveis, só transmitidos aos substitutos na hora da morte." (Raimundo Morais, País das Pedras Verdes, p. 290.) b) Bras. V. manda-chuva. 3. Bras. Amaz. Benzedor, curandeiro. 4. Bras. Amaz. Rel. Chefe de pajelança. [Var.: paié].

⁸ Atuava-se sem um estudo prévio, ou seja, sem qualquer pesquisa fundamentada em métodos científicos.

cortar, pentear e barbear, além de realizar alguns curativos em machucados e algumas cirurgias de menor significância e dificuldade.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento de uma melhor habilidade manual, os “barbeiros” começaram a tentar solucionar problemas que acometiam a cavidade oral. Sendo assim, iniciaram a prática de extrações dentárias, mesmo porque pela necessidade de ter uma habilidade específica e, às vezes, muita força, eram procedimentos que traziam alto risco de morte por hemorragia, o que afastava a atuação dos cirurgiões da época.

Tem-se também a figura do “sangrador”, pessoa com habilidade de retirar o sangue com uso de sanguessugas e ventosas. Essas últimas eram recipientes em forma de vaso cônico de metal ou de vidro, o qual, após aquecido seu interior e rarefeito o ar dentro dele, se aplicava sobre a pele do indivíduo, causando uma grande pressão na parte do corpo que se queria sangrar. (LERMAN, 1964. p.270).

No entanto, era díspare a situação das pessoas que trabalhavam com a saúde neste período. Para o desenvolvimento de outros ofícios na cirurgia, tais como os médicos – físicos e cirurgiões – era necessário uma autorização do “Cirurgião-Mor Mestre Gil”. Nas profissões de “barbeiro” e “sangrador” não utilizavam licença para trabalhar, uma vez que se exigiam pessoas fortes, impiedosas, e que tivessem aprendido o ofício com alguém mais experiente.

Como as técnicas e os instrumentos odontológicos da época eram rudimentares e com condições de higiene precárias, o risco dos pacientes falecerem por perda excessiva de sangue e infecção era alto para tais interventos; por isso, os médicos – físicos – e cirurgiões não gostavam e até evitavam fazer extrações dentárias.

Para E. Salles Cunha (1952, p.45) pode-se levantar a probabilidade de que alguns dos “Tiradentes” que atuavam aqui nesse período colonial tinham autorização do cirurgião-mor do reino de Portugal, expedida antes de terem vindo para o Brasil.

Porém, segundo Lerman:

[...] entre los primeros colones que fundaran esas ciudades de salvador, Bahía y Rio de Janeiro ya se contaban físicos o médicos, cirujanos, sangradores y “tira-dentes”(dentistas). Todos éstos, a excepción de los médicos, atuaban sin licencia o bajo la jurisdicción del Cirujano Mayor (LERMAN, 1964, p. 269).

Destaca-se, como mais apropriada, acerca da questão das autorizações para o desenvolvimento da profissão de saúde no Brasil Colônia, a afirmação de E. Salles Cunha ao levantar a probabilidade de que alguns atendentes atuavam com autorização, enquanto que se pode desconsiderar a asseveração categórica realizada por Lerman (1964, p.269) ao afirmar que: **Todos estes**, com exceção dos médicos, atuavam sem licença e menos ainda sob a jurisdição do Cirurgião Mor. (Grifos do pesquisador).

No século XVI, pode-se constatar que não havia legislação para regularizar a prática odontológica, nem mesmo na Metrópole Portuguesa. Observa-se que, de acordo com a Carta Régia de 1448, redigida pelo Rei D. Affonso, eram dadas algumas licenças para os profissionais, concedidas pelo Cirurgião-mor.

Mais tarde, a partir da elaboração da Carta Régia de 9 de novembro de 1629, Pedro Sanches Farinha elaborou um regimento para o “ofício de cirurgião-mor”, estabelecendo que, a partir de 12 de dezembro de 1631, seriam realizados a fiscalização e o controle de “barbeiros” e “sangradores”, dentre outras pessoas que retiravam dentes, visto que, se estas não tivessem licença para tal ofício, seriam multadas (CUNHA, 1952, p.47) (LERMAN, 1964, p. 269).

Nesse século, nota-se de forma inicial um processo legiferante brasileiro. Surgiram as primeiras tentativas de regularizar o exercício da arte de curar em todos os seus ramos, dentre elas a arte da cura dentária. Porém permaneceu o respeito às ordenações das leis de Portugal (CUNHA, 1952, p.53).

No século XVIII, a Europa, por sua tradição, era considerada o berço da prática Odontológica, mostrando um grande avanço na fase conhecida como Pré-Cientificista, desenvolvendo e incentivando os primeiros escritos sobre a ciência de tirar dentes.

Em 1728, na França, o médico Pierre Fauchard (1678-1761) escreveu o livro “Le Chirurgien Dentiste au Traité des Dents” (O Cirurgião Dentista no Tratamento Dentário) consubstanciando o estudo da área odontológica na tentativa de divulgar técnicas, aparelhos e conhecimentos necessários para um bom desenvolvimento dessa profissão, e, sendo assim, conseqüentemente, se tornou uma referência em todo mundo, passando a ser conhecido como “Pai da Odontologia Moderna” (CUNHA, 1952, p.26) (LERMAN, 1964, p.270).

No final do século XVIII, tomando como palco o cenário brasileiro, tem-se o movimento de Independência, no qual não se pode deixar de destacar Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), um agente importante nesse movimento da política nacional, fato que o tornou um Mártir também conhecido como Tiradentes, cognome adquirido devido ao seu ofício que aprendeu com seu padrinho Sebastião Ferreira Leitão, que lhe ensinou a arte de tirar dentes, além de ajudar na sua alfabetização (CUNHA, 1952, p.59)(LERMAN, 1964, p. 270).

Joaquim José da Silva Xavier é considerado o “Patrono da Odontologia”, pois, além de ter sido um exímio especialista em tirar os dentes ruins e trocá-los por próteses, foi um elemento de suma importância no movimento político nacional da Independência. Desta maneira, nascido na Fazenda do Pombal, entre São José e São João Del Rey – MG foi homenageado, passando a cidade de São José a se chamar, atualmente, Tiradentes. (CUNHA, 1952, p.59) (LERMAN, 1964, p.270).

No dia 17 de junho de 1782 implementou-se a Lei que criou a Real Junta de Proto-Medicato, composta por sete deputados, médicos ou cirurgiões, que teria vigência de três anos, na direção da realização de exame para expedição de cartas e licenciamentos e na

fiscalização dos praticantes do ofício da arte dentária (CUNHA, 1952, p.71)(LERMAN, 1964, p.271).

Somente em 23 de maio de 1800, sob os auspícios do “Príncipe Regente Nosso Senhor”, começou a pôr em prática o plano de exames para liberação das cartas de licença para o ofício. Com este fato, iniciou-se um sistema burocrático que determinava regras para concessão da autorização para profissão de dentista, constando pela primeira vez o vocábulo dentista, dando origem legal ao ofício da arte dentária como profissão autônoma no Brasil (CUNHA, 1952, p.72)(LERMAN,1964, p.271).

No século XIX, deve-se destacar o ato de D. João VI, concernente à atuação dos “profissionais” da área de saúde. No dia 06 de agosto de 1802, ele nomeou, na cidade da Bahia, José Antonio da Costa Ferreira como comissário da Real Junta do Proto-Medicato. Esse cirurgião teria a incumbência de fiscalizar os profissionais da área da saúde, verificando se estavam devidamente documentados com as cartas de autorização ou licenças para o exercício do ofício seja ele qual for: “barbeiro”, “sangrador”, cirurgiões ou dentista.

Mais tarde, em 1808, a metrópole portuguesa foi invadida pelas tropas francesas, fato que levou D. João VI, sua Corte e um grande número de pessoas da alta sociedade de Portugal a fugirem de Lisboa, transferindo-se para a colônia brasileira.

Para Lerman:

Em 1808, con motivo de la invasión napoleónica a la península emigró la Corte portuguesa a Brasil. El doctor Corrêa Picanço como Cirujano Mayor del reino, acompañó al regente D. Joao VI y al instalarse éste en la ciudad de Salvador, en Bahía, obtuvo se le autorice la fundación de la primera Escuela de Cirugía em Brasil, el 18 de febrero de 1808 (LERMAN, 1964, p.271).

Com a chegada da nobreza portuguesa para coabitar as terras coloniais brasileiras, houve um estímulo ao desenvolvimento na área de saúde, pois seria necessário ter

instrumentos para dar atendimento às necessidades da família Real e a seus pares que passariam a residir em terras brasileiras (CUNHA, 1952, p. 78-79)(LERMAN, 1964, p.271).

Neste período, como demonstrado anteriormente, foi criada, na Bahia, mais especificamente no hospital de São José, a Escola de cirurgia, com o apoio do Doutor José Picanço. Este, na qualidade de físico e cirurgião-mor, em nome da Real junta do Proto-medicato, expediu cartas legalizando a atuação de onze “barbeiros” de Salvador que, apesar de negros e de fazerem parte da baixa classe social, serviriam para atender à demanda da região.

Na época em estudo, ocorriam no Brasil inúmeras queixas contra os profissionais da saúde, devido a problemas como traumatismos dentários, hemorragias, infecções causados e, às vezes, até morte dos pacientes, fator que levou a uma tentativa de regulamentar e fiscalizar os ofícios, principalmente com a chegada da família Real no Rio de Janeiro, aos 07 dias de março de 1808.

Com a presença do cirurgião-mor, começou a legalização da prática da arte de curar, licenciando os profissionais da Corte portuguesa e, a partir de então, tentou-se estender a fiscalização por todo território; entretanto, devido à sua imensidão territorial, era dificultado o controle, tornando as ordenações Reais, na maioria das vezes, em letra “morta”.

Deve-se destacar, ainda, a presença do francês Jean Baptiste Debret (1768-1848), no campo artístico brasileiro. Ao morar no Brasil, durante o período de 1816-1831, o artista esboçou em sua obra de arte retratos do Brasil colonial. E, em sua gravura intitulada “Boutique de Barbier”, conseguiu detalhar uma barbearia que fora representada por uma casa simples com uma placa divulgando: “Barbeiro, Cabellereiro, Sangrador, Dentista e Deitão de Bixas”, mostrando os serviços oferecidos pela aquela barbearia (DEBRET, 1978, p. 212).

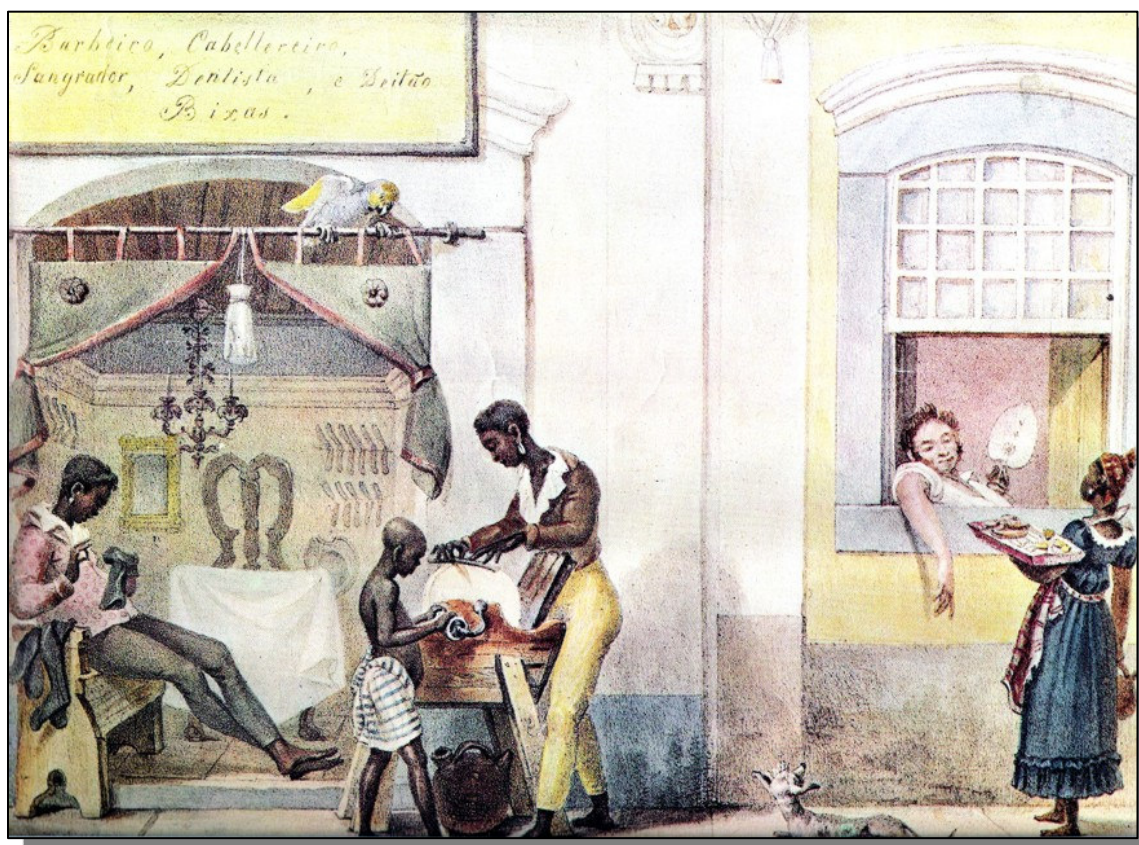


FIGURA II. Foto “Boutique de Barbier” copiada do livro de Jean Baptiste Debret. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tomo I. Vol. I. Editora da Universidade de São Paulo. 1978, p.212.

Segundo Debret:

No Rio de Janeiro como em Lisboa as lojas de barbeiros, copiadas das espanholas, apresentam naturalmente o mesmo arranjo interior e o mesmo aspecto com a única diferença de que o oficial de barbeiro no Brasil é quase sempre negro ou pelo menos mulato. Esse contraste chocante para o europeu não impede ao habitante do Rio de entrar com confiança numa dessas lojas, certo de aí encontrar numa mesma pessoa um barbeiro hábil, um cabeleireiro exímio, um cirurgião⁹ familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas. Dono de mil talentos, ele tanto é capaz de consertar a malha escapada de uma meia de seda, como de executar, no violão ou na clarineta, valsas e contradanças francesas, em verdade arranjadas a seu jeito.[...] Desenho aqui a hora calma, de quatro às cinco, que precede o delicioso passeio da tarde. Um vizinho do barbeiro, negligentemente largado

⁹ O cirurgião era um “sangrador” e colocador de sanguessugas. Entretanto, já nessa época, a profissão estava regulamentada. As atas seiscentistas de S. Paulo referem-se mais de uma vez ao regulamento e à exigência de “cartas de exame”. A observação de Debret revela, portanto, a permanência de certos costumes mais ou menos clandestinos (Nota do Tradutor) (DEBRET, 1978, p. 212).

perto da janela com um leque chinês numa das mãos, deixa a outra para fora entregue à agradável sensação do ar fresco. Recém-acordado e com o estômago cheio de água fresca, olha com indiferença o tabuleiro de doces que lhe apresenta uma jovem negra, à qual por desafio faz algumas perguntas sobre seus senhores. Mas logo aborrecido dessa distração inútil, manda-a embora com esta frase de pouco caso: *vai-te embora*, expressão grosseira empregada em todos os tons, desde o mais amistoso até o mais injurioso. Essa solução destrói as esperanças da vendedora, bem como do pequeno cão que aguarda humildemente um pedaço de doce (DEBRET, 1978, p.212).

A partir de 07 de outubro de 1809, o cirurgião-mor, juntamente com o físico-mor, com o auxílio dos delegados e subdelegados, tomou frente às responsabilidades profissionais da saúde, abolindo a Real Junta do Proto-Medicato (CUNHA, 1952, p.88) (LERMAN, 1964, p.271).

Depois da instalação do Reino no Brasil, tem-se a expedição, em 1811, da primeira carta de dentista, que atribuía ao seu portador o direito de exercer a profissão de arrancar dentes. Porém, não era exigido nenhum conhecimento científico e tampouco saber ler ou escrever: para estar legalizado bastava ter uma licença do cirurgião-mor para realizar operações cirúrgicas e/ou uma autorização do físico-mor para realização de curativos nos dentes. Desta sorte, pode-se presumir que o “Plano de estudo de cirurgia” estabelecido como lei no Governo de D. João VI, que tentava dar diretrizes para o ensino e a prática da cirurgia no Brasil, não saiu do papel (CUNHA, 1952, p.89).

Na tentativa de suplantar suas próprias necessidades no âmbito da saúde, a Corte portuguesa procurou, neste período, estimular a vinda de profissionais de maior experiência para o Brasil. Foi então que, em 1819, o francês Doutor Eugênio Frederico Guertin, sediado aqui e atendendo à nobreza, resolveu publicar, talvez, a primeira obra de Odontologia realizada em território brasileiro “Avisos Tendentos à Conservação dos dentes e sua Substituição”. Como consequência do seu bom desempenho na profissão, foi premiado

pelo cirurgião-mor Doutor José Correa Picanço, com a primeira carta de um dentista mais evoluído (CUNHA, 1952, p.97).

Após alguns anos, especificamente em 1 de junho de 1824, depois da “Independência do Brasil”, Gregório Raphael Silva auferiu a primeira carta de autorização expedida após a “libertação” da colônia (CUNHA, 1952, p.105).

Em 30 de agosto de 1828, passou para as mãos das Câmeras Municipais e Juntas Ordinárias as atribuições que, até então, eram exercidas pelo cirurgião-mor e este teve seu cargo extinto neste dia, por D. Pedro I (CUNHA, 1952, p.107) (LERMAN, 1964, p. 273).

Nos anos de 1840, iniciou-se a migração de alguns dentistas norte americanos para o Brasil, trazendo algumas novas técnicas; dentre elas, pode-se citar o uso do clorofórmio como anestesia em casos especiais, avanços que mais tarde, em 1849, serviriam de subsídios para Clinton Van Tuyl publicar sua obra: “Guia dos dentes Sãos” (CUNHA, 1952, p.128) (LERMAN, 1964, p.271).

Na tentativa de melhorar as condições de atendimento na área médica, instituiu-se o Decreto Lei 598, que determinava o incentivo ao desenvolvimento do ensino e a utilização de práticas saneadoras para viabilizar avanço nas condições de atendimento.

Um dos importantes idealizadores do desenvolvimento da Odontologia foi João Borges Diniz, que, em setembro de 1869, publicou a primeira revista odontológica, chamada “Arte dentária”, divulgando novas técnicas e instrumentos em uso nos Estados Unidos e no mundo.

Com a regularização dos requisitos necessários para aprovação em Faculdades de Medicina, o Decreto Lei 8024 de 12 de março de 1881 determinava, em seu artigo 94, que:

Os cirurgiões-dentistas que quiserem se habilitar para o exercício de sua profissão passarão por duas séries de exames:
— O primeiro de anatomia, histologia e higiene, em suas aplicações à arte dentária, e o outro de operações e próteses dentárias.

Em 28 de fevereiro de 1880, Visconde de Sabóia, ou melhor, Vicente Cândido F. Sabóia, foi nomeado diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e com a ajuda financeira corroborada pela lei 3141, de outubro de 1882, conseguiu trazer instrumentos e materiais dos Estados Unidos para aprimorar a atuação dos dentistas, principalmente acerca da especialidade de prótese dentária (CUNHA, 1952, p.149) (LERMAN, 1964, p.277).

Thomas Gomes dos Santos Filho, juntamente com Visconde Sabóia, elaboraram a chamada “Reforma Sabóia”. Ela consistia em um texto direcionado para os estatutos das Faculdades de Medicina do Império, estabelecendo, pela primeira vez, a Odontologia como um curso anexo (CUNHA, 1952, p.157).

Desta maneira, a partir do dia 25 de outubro de 1884, D. Pedro II, com o decreto 9311, determinou que as Faculdades Imperiais de Medicina de Salvador e do Rio de Janeiro contariam com um Curso de Ciências Médicas e Cirurgias e de outros três cursos anexos, o de Odontologia, o de Farmácia e o de Obstetrícia e Ginecologia.

D. Pedro II, ao sancionar o Decreto Lei 9311, determinando a criação do curso de Odontologia na Faculdade do Rio de Janeiro, deu subsídios para que mais tarde fosse escolhido o dia 25 de outubro como o “Dia do Cirurgião-Dentista”.

A Faculdade de Odontologia do Rio de Janeiro teve como importantes colaboradores os professores Thomas Gomes dos Santos Filho, Aristides Benício de Sá e Antônio Gonçalves Pereira da Silva na divulgação e na consolidação do processo ensino aprendizagem odontológico.

Neste período, já se podia observar a presença de uma representante da classe feminina, Isabela Von Sidow, natural de Cananéia, São Paulo. Ela foi a primeira mulher a adquirir o título de dentista e formou-se pela Faculdade do Rio de Janeiro (CUNHA, 1952. p. 218-219).

São Paulo só veio a ter sua Faculdade de Odontologia no dia 07 de dezembro de 1890, que foi conhecida no início como “Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo”. Neste período, os estatutos desta faculdade determinavam que a estrutura do curso seria dividida em três séries:

1º série: Física, Química Mineral, Anatomia Descritiva e Topografia da Cabeça;

2º série: Histologia Dentária, Fisiologia Dentária, Patologia Dentária e Higiene da Boca;

3º série: Terapêutica Dentária, Cirurgia e Próteses Dentárias (p. 161-162).

Pode-se afirmar que o currículo acima, apesar de baseado e inspirado no modelo francês, era acanhado e restritivo para sua época; entretanto, poderia, com o passar do tempo, ser aprimorado, visto que permitia a inscrição tanto de homens quanto de mulheres, tendo como requisito para o ingresso dos candidatos basicamente a aprovação *a priori* nas disciplinas de Português, Francês, Inglês, Aritmética e Geometria. Quando o estudante era aprovado em todas as disciplinas das três séries recebia, ao final do curso, o diploma de cirurgião-dentista.

Contudo, esse currículo não teve grande duração. Logo após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ocorreu a promulgação da Constituição Federal de 1891, que estabeleceria novos rumos e novas reformas na realidade da educação brasileira.

A Reforma de 1911, também conhecida como Reforma Rivadávia, estabelecida pelo Decreto 8.661, de 5 de abril, baixado pelo Presidente Marechal Hermes da Fonseca e endossado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Rivadávia da Cunha Correia, dava continuidade à duração de dois anos e regulava as Faculdades de Medicinas Oficiais. Neste mesmo período, foi aprovado a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República.

Com do Decreto 1.731, de 28 de agosto de 1911, algumas Escolas de Odontologia que estavam em funcionamento no país foram niveladas e equiparadas às Faculdades Oficiais, a Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo e a Escola Livre de Odontologia do Rio de Janeiro e a Escola de Odontologia e de Farmácia do Instituto Gramberv, situada em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Com a “Revolução” de 1930, houve uma atribuição ao Congresso Nacional, delegando-lhe a necessidade de criar Instituições de Ensino Superior e Secundário nos Estados; porém, segundo rezava os artigos desta Carta Magna de 1891, não era prerrogativa e nem competência privativa do Senado e da Câmara dos Deputados.

Em 1915, desenvolveu-se a Reforma Carlos Maximiliano, uma Lei orçamentária programada para entrar em vigência no ano seguinte, aumentando o tempo mínimo para conclusão de Curso para três anos, com três séries letivas e de cunho obrigatório de forma uniforme para as faculdades Estaduais ou Livres. Decreto 11530, de março de 1915, sancionado pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes e referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores Carlos Maximiliano Pereira dos Santos.

Neste período, tramitava no congresso uma proposta de aumentar para quatro anos o período mínimo necessário para obtenção do título de Dentista; porém, após ter passado pela apreciação do Senado e da Câmara de Deputados, o Presidente Delfim Moreira vetou tal projeto.

Alguns anos mais tarde, em 29 de outubro de 1919, o Presidente Epitácio da Silva Pessoa decretou a transformação do curso anexo de Odontologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em faculdade, porém, sem torná-la autônoma, visto a escassez de verbas para criar um órgão independente; contudo, iniciou-se com a proposta de um currículo mínimo para ser efetuado em quatro anos.

Durante a presidência de Artur Bernardes da Silva, no dia 13 de janeiro de 1925, ele, juntamente com o Ministro de Estado e Justiça e Negócios Interiores, João Luiz Alves, com o Decreto 16.782-A, tentaram reformar o ensino de Odontologia no país. Com o apoio do Professor Juvenil da Rocha Vaz tentou-se, mais uma vez, criar uma faculdade autônoma; porém, o Curso de Odontologia continuou funcionando em anexo às faculdades de Medicina.

A Reforma Rocha Vaz previa a exigência de preparatórios integrais e exame vestibular para os cursos de Medicina, Odontologia e Farmácia, estabelecendo cadeiras privativas do Curso de Odontologia para professores (de Metalurgia e Química aplicada, Técnica Odontológica, Patologia e Clínica Odontológica, Prótese e de Ortodontia e Prótese dos Maxilares) que deveriam ser preenchidas por concurso e ministradas por cirurgiões dentistas.

No interstício de 1931 a 1933, o Decreto nº 20.862, de 28 de dezembro de 1931, regulou o exercício da Odontologia pelos profissionais não graduados, também conhecidos como dentistas práticos. O Governo Federal tentou solucionar o problema, estabelecendo a necessidade de um “exame de licenciamento” e delimitando o local do exercício profissional, que deveria ser o município do atendente odontológico.

O Decreto nº 39 de 03 de setembro de 1934, aprovou o Estatuto da Universidade de São Paulo, já na reorganização pós-revolução de 1932, sendo que o curso era ministrado pelo período de três anos.

A Universidade de Minas Gerais obteve a aprovação dos seus estatutos somente em 1935, sendo legalizado pelo Decreto nº 2167, de 16 de maio desse ano, estabelecendo que a Faculdade de Farmácia e Odontologia seria parte da mesma Universidade e que, a partir desse momento, seria exigido o certificado do curso secundário fundamental e do curso secundário complementar de adaptação para a efetivação da matrícula.

Sob a liderança do Presidente da República, Getúlio Vargas, juntamente com o Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, houve a criação de várias escolas isoladas de Odontologia, algumas criadas e/ou mantidas por Governos Estaduais, outras pela iniciativa privada e, dentre elas, um considerável número era construído conjuntamente com as Faculdades de Farmácia. O Poder Executivo tentou exercer seu poder disciplinar, exigindo dos alunos, em alguns casos, a validação de seus cursos em Escolas ditas Oficiais.

No final deste período, o Governo da União havia reconhecido dezenove cursos de Odontologia em todo Brasil; a partir desse instante, o número de Faculdades começou a se multiplicar.

Em 17 de janeiro de 1951, com a Lei 1.314, estabeleceu-se a regulamentação do exercício da atividade odontológica em todo território brasileiro. Assim, pela primeira vez na história, tem-se uma lei exclusiva para tratar de matéria concernente à Odontologia, clareando os direitos e deveres dos cirurgiões dentista.

A Lei 1.314, de 1951, tentou definir as condições necessárias para a prática da Odontologia, dentre elas as que seriam os requisitos para revalidação de diplomas de pessoas formadas por faculdades no exterior. Em outras palavras, procurava-se regulamentar quem poderia exercer a Odontologia, quais as penas que seriam aplicadas no caso do exercício ilegal da profissão, quais eram os direitos dos dentistas e quais intervenções um cirurgião-dentista devidamente legalizado poderia exercer, ou seja, determinou de forma genérica qual era a competência do odontólogo. Porém, deve-se destacar que tal regulamento não foi suficiente para coibir as práticas desautorizadas exercidas por pessoas não qualificadas.

Desta sorte, com as transformações históricas compreendida entre 1930 e 1964, pode-se apreender que vários foram os aspectos influenciadores do progresso no ensino e no exercício da atividade odontológica: ocorreu tanto um progresso social quanto científico, tecnológico, educacional e até mesmo dos diplomas legais.

No decorrer do tempo, de “cursos anexos” passou-se para “Escolas” ou faculdades incorporadas pelas Faculdades de Medicina, chegando, por fim, às faculdades autônomas do ensino de Odontologia. Foram criadas muitas Escolas Federais, Estaduais ou até mesmo Privadas, em todo território brasileiro.

Em 1956, estatuiu-se a Lei 3.062, de 22 de dezembro, desmembrando o antigo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e criando o Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia, no Ministério da Saúde. A partir desse período, o Conselho Federal de Educação, com o parecer 299, por meio do seu Relator, o Conselheiro Clovis Salgado, aprovou em 11 de novembro de 1962, com vigência a partir de 1963, a duração mínima de quatro anos e as matérias necessárias para expedição do diploma de cirurgião dentista, impondo, ainda, a obrigatoriedade de estágios e práticas odontológicas.

Com a Lei 3.062/56, ficou determinada a duração mínima de quatro anos e o mínimo de 3.240 horas-aula para o Curso. Dividiu-se didaticamente em dois ciclos: primeiramente o básico, que contava com as disciplinas de Anatomia, Histologia, Embriologia, Fisiologia, Microbiologia, Patologia Geral e Buco-dental, Farmacologia, Materiais dentários e Dentística Operatória, para então, finalmente, partir para o ciclo profissional sendo ministradas aulas de Clínica Odontológica, Cirurgia Odontológica, Prótese Dentária, Prótese Buco-Maxilo-Facial, Ortodontia, Odontopediatria, Higiene, Odontologia Preventiva, Odontologia Legal e Deontologia. De acordo com o relato anterior, a partir desse momento, os estágios e aulas práticas eram obrigatórias.

Com o advento da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, tem-se a formação dos Conselhos Federal e Regional de Odontologia. Ficaram esses Conselhos responsáveis pela discriminação das competências da classe dos dentistas e também com a missão de fiscalizar/disciplinar e penalizar, quando necessário, a conduta dos cirurgiões dentistas.

Em 1966, foi sancionada a lei 5.081, que está vigente atualmente, que regula o exercício da Odontologia em todo território nacional, definindo as condições mínimas exigidas para o exercício da profissão, estabelecendo várias normas, dentre elas algumas específicas para a revalidação de diplomados no exterior que desejarem atuar em solo brasileiro.

O Conselho Federal de Educação teve duas ingerências na estrutura curricular odontológica; a primeira, em 1970 e, a segunda, em 1982, e permanece vigente até os dias atuais. Tais interferências foram no sentido de determinar uma reforma do ensino, adequando os currículos às disposições legais vigentes, estabelecendo a competência do cirurgião dentista e as necessidades dele se adaptar ao desenvolvimento técnico/científico da profissão Odontológica.

Então, devido a essas ingerências, o currículo mínimo obrigatório do Curso, a partir de 1º de janeiro de 1971, ficou dividido em dois tópicos: as matérias básicas e as matérias profissionais. As disciplinas iniciais eram compostas pela Biologia, dentro dela a Genética, a Citologia e a Evolução; as Ciências Morfológicas que se subdividiam em Anatomia, Histologia e Embriologia; as Ciências Fisiológicas, compreendendo a Fisiologia, a Bioquímica e a Farmacologia e, por fim, no ciclo básico era apresentada a Patologia. As matérias profissionais ficaram divididas em quatro grandes grupos: Patologia e Clínica Odontológica, Odontologia Social e Preventiva, Odontopediatria e, por último, Odontologia Restauradora.

A carga horária mínima de 3.240 horas-aula seria finalizada no mínimo de três anos e no máximo de cinco. Porém, deve-se ressaltar que essa carga horária, já extensa para o curto espaço de tempo para conclusão do curso, não incluía a prática de Educação Física e o desenvolvimento do Estudo de Problemas Brasileiros.

Em julho de 1982, com o desenvolvimento de estudos para confecção de um currículo adequado às necessidades da sociedade brasileira, o Conselheiro João Paulo do Vale Mendes, com o Parecer nº 370 - CFE, conseguiu instituir a Resolução nº 4-CFE, de 03 de setembro de 1982, que legalizou as diretrizes da nova estrutura curricular mínima.

O currículo mínimo, atualmente, conta com matérias básicas, tais como: Ciências Morfológicas, Ciências Fisiológicas, Ciências Patológicas e Ciências Sociais, e um grupo de cinco matérias, fazendo parte da parte de disciplinas profissionais: Propedêutica Clínica, Clínica Odontológica, Clínica Odontopediátrica, Odontologia Social e, finalmente, Clínica Integrada.

Nota-se, portanto, que durante esse breve histórico da Odontologia no Brasil, pode-se observar que a nação brasileira, juntamente com outros países, recebeu uma forte influência francesa tanto na área historiográfica como no desenvolvimento da Odontologia.

Conforme demonstrado anteriormente, ficou evidente a participação de importantes atores franceses atuando de forma incisiva na história da Odontologia; dentre eles: Fauchard destacando-se como o pai da Odontologia Moderna; Debret, nas artes, e o Dr. Eugênio Frederico, francês idealizador da primeira Obra produzida totalmente em território nacional.

Algumas representações forjadas naquela época ainda permeiam o cenário nacional, como, por exemplo, a criação do curso anexo de Odontologia por D. Pedro II, no dia 25 de outubro de 1884, que estabeleceu um marco importante para a Odontologia brasileira. Sendo assim, essa data foi escolhida para ser a comemoração do Dia do Cirurgião Dentista no Brasil.

Pode-se analisar que os anos necessários para a conclusão do Curso de Odontologia foram aumentando com a evolução da profissão e suas exigências legais, pois era de dois anos, passando para três e, finalmente, chegando a quatro anos, demonstrando a

necessidade maior de tempo, para cumprir o desenvolvimento técnico-científico do aluno, tornando-se um dos requisitos mínimos para conclusão do Curso de Odontologia.

Percebe-se a existência, desde os primórdios da Odontologia brasileira, de uma preocupação com a regularização da profissão, evitando-se problemas com os dentistas práticos. Porém, como foi observado, ocorreu uma dificuldade de fazer cumprir as determinações legais devido à imensidão do território brasileiro, ficando as Leis, às vezes como “letra morta”. Essa preocupação com os práticos, também esteve presente durante o processo de criação da FOU, o que será abordado nos próximos capítulos.

Desta maneira, é possível afirmar que as representações sociais descritas nesse intróito histórico interferiram e influíram no processo de idealização/construção e concretização da Faculdade de Odontologia, seja por meio das determinações legais, seja pelo estabelecimento de datas comemorativas ou fixando grade curricular mínima dentre outras.

No próximo tópico, analisar-se-á as políticas de Ensino Superior no Brasil, ressaltando-se as características presentes no cenário nacional, as quais influenciaram na construção das Faculdades isoladas de Uberlândia, e, de forma especial, na gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

1.3. Políticas de Ensino Superior no Brasil (1964-1985)

Importante se faz destacar algumas características relevantes da atuação dos governantes em relação à educação durante o período estudado, em seus variados aspectos e espectros, para melhor compreender o cenário nacional, construindo, desta forma, um panorama geral da educação brasileira, pois assim, poder-se-á analisar as singularidades presentes na gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia e também estabelecer as suas identidades com o contexto do programa nacional de educação.

Para entender a ação legal do Estado no período militar acerca da educação, desrespeitando os princípios importantes contidos na reforma educacional proposta pelo próprio Regime Militar, necessário se faz entender as intenções contidas nas metas que eram indicadas no planejamento ditatorial, referentes à educação em seus diferentes níveis.

Realmente, era necessária uma atuação começando pelos níveis básicos de educação, buscando a universalização e a ampliação da escolarização obrigatória no primeiro grau, juntamente com a melhoria na qualidade do ensino profissionalizante no segundo grau, pois segundo Kramer (1982, p.71) e Patto (1991, p. 64) existia significativas evasão e repetência como resultados dos processos de alfabetização adotados em escolas públicas, a dificuldade de acesso e o fato das instituições priorizarem a valorização do uso da escrita, incrementavam a evasão e o alto índice de alunos repetentes, interferindo na configuração da “pirâmide escolar”.¹⁰

Para Azanha (1992. p.116), os estudos realizados sob o período de 1964-1985 baseavam-se em modelos historiográficos genéricos que “serviriam” ou “enquadrariam” para qualquer local ou região do Brasil; este modelo foi por ele denominado de “abstracionismo

¹⁰ Na Pirâmide escolar a base seria formada pelos alunos dos cursos básicos, ou seja, ensino primário/fundamental, a parte intermediária seria constituída pelos alunos do curso profissionalizante e do ensino médio, e por fim, no ápice da Pirâmide estariam os alunos que conseguiriam chegar ao 3º Grau e ao final de todo processo educativo conseguissem o Diploma Universitário.

pedagógico”, as observações e análises de casos concretos foram substituídas por modelos genéricos, ou seja, não procuravam dar ênfase às singularidades e particularidades de cada cidade. Tentou-se, nesse estudo, fugir desse padrão genérico, tentando evidenciar as especificidades da Instituição analisada ao realizar a historiografia da gênese da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Como exposto anteriormente, de acordo com um dos teóricos adotados pelo pesquisador, Justino Magalhães, recomenda-se, para analisar os fatos concernentes à política educacional, valer-se da multidimensionalidade carregada pela interdisciplinaridade, compreendendo e construindo os sentidos desses fatos históricos.

Para compreender a política educacional brasileira nos anos de 1964-1985, sob o ponto de vista interpretativo, deve-se aceitar que o período pós 1964 foi analisado por diversas vezes sob um viés aparentemente monolítico, apesar da existência de crises, conflitos sociais e algumas tentativas de se resolver os problemas de alfabetização e dos demais níveis de escolarização da população, por meio da legislação e dos planos educacionais divulgados, porém, não implementados pelo Estado Militar.

Alguns historiadores apresentavam essa característica monolítica, dentre eles: Ribeiro (1992), Germano (1993) e Romanelli (1995). De acordo com estas análises, o Estado Militar, após 1964, direcionou o desenvolvimento econômico brasileiro, consubstanciando um processo excludente sob o domínio do capital internacional. Inúmeras medidas foram tomadas para aumentar a industrialização e a modernização, visto que o Estado Militar juntamente com a classe empresarial consolidaram seus objetivos, aumentando a exclusão social e as desigualdades.

Os militares adotaram a coerção e a cooptação como meio de manter a dominação, desmobilizando e desmantelando os movimentos que contrariassem o novo regime. Lemme (1992, p.121) interpretou o golpe militar de 1964 como um período trágico,

pois houve perseguições, repressões, prisões e tortura em todo território nacional, seguidas por combate violento a qualquer pessoa que lutasse contra o Regime e/ou por uma melhora quantitativa e qualitativa nas oportunidades de ensino, educação e cultura para o povo brasileiro.

Com a decretação do Ato Institucional nº 5, sucederam-se várias violações à Constituição Federal e aos direitos e garantias individuais e coletivas até então resguardados por ela, acontecimentos que aterrorizaram um elevado número de pessoas, desencadeando na “evasão de cérebros”, nome pelo qual ficou conhecido o movimento de fuga de intelectuais e brasileiros que faziam parte dos mais de 10.000 exilados pelo Regime Ditatorial.

Para Fazenda (1985, p.122), o Governo Militar estabeleceu que o sistema educacional deveria ser subordinado ao sistema ocupacional, visto que para o Regime Militar a educação serviria para transformar o cidadão em operário, tornando-o apto para trabalhar na indústria em desenvolvimento e concomitantemente serviria como consumidor, valendo-se da Teoria do Capital Humano para colocar a educação a serviço das grandes indústrias.

Sob esse viés, o indivíduo era visualizado como parte do capital, implicando converter recurso humano para o âmbito educacional. Na realidade, primava-se pelo controle político/representativo da educação escolar e um estabelecimento de uma educação continuada capaz de viabilizar uma reciclagem da massa de trabalhadores de maneira veloz e intermitente, para atender a demanda da indústria.

Segundo Romanelli (1995, p.196), a educação nesse período pós 1964 passou por dois momentos: primeiramente, iniciou-se com a imposição das diretrizes para recuperação econômica, baseando-se o Regime Militar em declarações de luta pela democracia e pelo desenvolvimento nacional; contudo, ao mesmo tempo, utilizava a coerção e a repressão para tentar dizimar os opositores, na tentativa de consolidar-se no poder.

Foi neste primeiro momento que foram realizados os “Acordos MEC/USAID”, convênios feitos pelo MEC, passando a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos da *Agency for International Development* – AID. Fato que tornou evidentes a força e a ingerência do capital internacional na educação brasileira.

No segundo momento, coube ao Regime Militar implementar medidas para tentar abrandar a demanda de mão-de-obra pela indústria crescente, e a requisição de aumento de número de vagas no ensino por parte da população que, além de ter tido um aumento na taxa demográfica, intensificava o movimento de pessoas em busca de uma inclusão social.

O Estado Militar valendo-se da tentativa de cooptação dessas categorias viabilizava, pelo menos no discurso, a concessão de algumas reivindicações feitas por elas, tentando amenizar as tensões e manter-se no poder.

Para Germano (1993, p.133), o período de 1964 a 1985 pode ser dividido em duas tendências nas políticas educacionais. Primeiramente, houve uma tendência tecnicista, na qual se utilizou a repressão com respaldo legal, utilizando-se dos Atos Institucionais, os quais, como descritos anteriormente, feriam os princípios estabelecidos na Carta Magna, visto que o planejamento educacional nasceu como prioridade na concretização da competência, estabelecendo-se os meios para se alcançar os fins de ordem e progresso, em outras palavras, para se concretizar a política militar desenvolvimentista.

Posteriormente, GERMANO (1993, p.133) retrata uma tendência compensatória, apresentando uma opção política para resolver o problema da deficiência e do atraso cultural, caracterizando esse momento como uma tentativa de “dividir” de forma mais “isonômica” os conhecimentos e desenvolvimentos escolares, profissionais, sociais e econômicos. Era mister obter uma mão-de-obra com qualificação para atender ao mercado de trabalho, transmitindo valores que incentivassem a busca por uma sociedade onde as pessoas tivessem maior integração, queria inculcar no cidadão brasileiro a convicção de que o trabalho

é capaz de dignificar e incluir o homem na sociedade, porém, para isso o indivíduo deveria ser qualificado para merecer tal inclusão.

Esse autor demonstra o menosprezo das autoridades públicas para com a educação tentando camuflar os problemas presentes no setor educativo brasileiro. Apesar das justificativas de ordem moral baseadas na conservação dos valores cristãos e da declarada “vontade” de diminuir as desigualdades sociais, a política educacional caminhou em sentido contrário ao discurso, ou seja, na realidade ocorreu a perseverança de uma estrutura mantenedora das desigualdades sociais a serviço do grande capital. Resumindo, o sistema ocupacional estava subordinando e determinando como deveria funcionar o sistema de educação brasileiro.

Algumas estratégias foram apresentadas pelo Governo, tais como: cursos de aprendizagem de curta duração para suprir a carência da indústria e compensar a política educacional que legitimava a exclusão social. Para amenizar as crises do setor da educação e escamotear os problemas, propunha-se a universalização e a ampliação do número de vagas nas escolas; porém, observava-se o inverso, uma política economicista subordinando o sistema educacional, mingando os incentivos financeiros destinados às escolas e universidades públicas agravando a exclusão e aumentando a quantidade dos estudantes chamados “excedentes”.

O grande número de trabalhadores sem qualificação reforçava o índice de pessoas que faziam parte do “exército de reserva”, trabalhadores sem instrução que ficavam à mercê das determinações do capital, ou seja, se submetiam a receber baixos salários pela grande dificuldade de conseguir um emprego.

Verificou-se a falta de compromisso com a educação pública de várias formas, pois, nesse período, o Governo optou por assumir a dívida externa privada, desviando

conseqüentemente uma soma considerável de verbas que poderiam ser destinadas a uma reestruturação do sistema educacional brasileiro.

Tentavam-se soluções em curto prazo, apesar de visualizar a urgência de investimentos para adequar a educação à política desenvolvimentista do país. Nota-se que o Regime Militar atuou no sentido de tentar incentivar a privatização do ensino em detrimento da educação pública, pois inúmeros “incentivos”, prerrogativas e regalias eram dadas ao setor privado, tornando a educação um negócio de boa rentabilidade para os empresários do ensino.

Ocorreu a manutenção do sistema dual de educação: o ensino fundamental e profissionalizante ficavam direcionados para as categorias menos favorecidas, enquanto que o ensino secundário e as universidades receberiam alunos, na maioria, pertencentes à classe média, que visualizavam o ensino superior como um caminho direto para ascensão social e que poderiam prescindir do ingresso prematuro no mercado de trabalho.

A legislação positivada vigente, ou seja, as leis impostas nesse período foram senão a oficialização dos interesses das categorias dominantes que, juntamente com o capital internacional, mantinham práticas mantenedoras das desigualdades sociais a serviço da minoria detentora do poder.

O Estado Militar imprimiu marcas profundas no sistema educacional do Brasil, interferindo sobremaneira na sociedade brasileira por meio do Regime Ditatorial e sua política educacional de interiorização do Ensino Superior.

Em consonância a essa tendência adotada pelos militares de expansão das Escolas de terceiro grau para as cidades interioranas, teve-se o surgimento das primeiras faculdades isoladas em Uberlândia e, dentre elas, a criação da Faculdade de Odontologia. Sendo assim, o processo do surgimento do Ensino Superior em Uberlândia será analisado no tópico a seguir.

1.4. Surgimento do Ensino Superior em Uberlândia: das faculdades isoladas à federalização e à institucionalização da UFU

Para se interpretar e compreender a formação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia deve-se, preliminarmente, observar como foi o surgimento do Ensino Superior nessa cidade, tentando analisar quando e como a Escola de Odontologia se concretizou em uma Faculdade isolada, ressaltando-se, posteriormente, os dois principais momentos: o de sua inserção, em 1972, na Universidade de Uberlândia (UnU) e de seu ingresso como Curso para o âmbito da Universidade Federal de Uberlândia com a federalização, em 1978.

O Ensino Superior, em Uberlândia, originou-se por meio da instituição de faculdades isoladas, fato que precedeu a formação da atual Universidade Federal de Uberlândia, da qual hoje faz parte a Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

Em meados da década de 1950, pode-se constatar a existência de alguns movimentos que buscavam a conquista e a implementação de escolas de Ensino Superior em Uberlândia, para atender à demanda de um público que almejava cursar a universidade.

A construção da UFU passou por um processo marcado por várias etapas, iniciando-se com a formação de faculdades isoladas, tais como: Música (1957), Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1959), Direito (1959), Economia (1966), e, em um segundo momento, logo após a criação da Universidade de Uberlândia – UnU (1969), o curso de engenharia, criado em 1961, e que passou a integrar essa instituição em 1971 e, finalmente, com a federalização, em 1978, tem-se como resultado a constituição da atual Universidade Federal de Uberlândia (GOMES *et al*, 2003, p.15).

Como exposto no intróito desse tópico, para se interpretar a gênese da Faculdade de Odontologia de Uberlândia de forma congruente, é necessário voltar alguns anos atrás ao período recortado, para somar subsídios e conhecer acontecimentos que

interferiram e colaboraram para a o futuro da idealização e de construção dessa Escola de Ensino Superior.

Segundo Gomes *et al*:

Por volta dos anos 20 a 60, Uberlândia já tinha um grande índice de crescimento e desenvolvimento em relação às cidades da região, tornando-se uma referência para as mesmas. Entretanto, do ponto de vista educacional, ainda deixava muito a desejar, sobretudo no que tange ao ensino de 3º grau. No aspecto cultural, destacavam-se o Ginásio Mineiro, atual Escola Estadual de Uberlândia, o Colégio Brasil Central, o Liceu de Uberlândia e, posteriormente, o Colégio das Irmãs de Jesus Crucificado, instituições promotoras de atividades ligadas às letras e artes em geral (GOMES *et al*, 2003, p.15).

No ano de 1930, já era possível perceber a presença de um sentimento de ufanismo em relação à cidade de Uberlândia, observando-se um movimento das categorias abastadas junto à sociedade política, intervindo de forma determinante para a criação de Escolas de Ensino Superior.

As faculdades isoladas de Uberlândia foram construídas em consonância com o projeto de modernidade e desenvolvimento almejado pelas categorias dominantes locais, detentoras do poder local. Nessa época, tal categoria era composta por um seletor grupo possuidor de poder político, econômico e influência na cidade.

Com o apoio e a requisição de um pequeno grupo de intelectuais, os quais se preocupavam com o desenvolvimento cultural da cidade, nasceu a vontade/necessidade de criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fato que se concretizou em outubro de 1959, podendo ser verificado nos Estatutos do Instituto Social de Instrução. Desta forma, estava se consolidando a efetivação da primeira Faculdade, que iniciou seus trabalhos em 1960.

Em dezembro de 1960, devido à participação de políticos e aos grandes esforços e capacidade de negociação do idealizador/fundador, professor Jacy de Assis, foi permitido o funcionamento da Faculdade de Direito de Uberlândia. O contexto desse

momento era caracterizado por faculdades isoladas, as quais procuravam formar professores, pois, nesse período, observou-se uma transformação no quadro das universidades brasileiras, que se multiplicaram e cresceram.

Vários fatores influenciaram no incremento da quantidade de faculdades, dentre eles, pode-se afirmar que um deles foi gerado, também, pela crescente demanda por matrículas nas Faculdades. No final dos anos da década de 1960, ocorreu um aumento numérico nessa demanda por vagas, pois vários integrantes, principalmente, pessoas das categorias média e média baixa, batiam às portas das universidades, gerando uma pressão para que criassem as vagas nas Instituições de Ensino Superior. Era necessário, então, atender aos “excedentes”, ou seja, alunos que não conseguiam entrar nas Universidades Públicas, após a realização do vestibular classificatório. Pode-se afirmar que Uberlândia enquadrava-se nessa tendência.

Assim, observou-se a criação de faculdades isoladas e de novas universidades, sob a forma de fundação, para tentar suprir essas demandas, criando uma tendência de expansão rápida e desordenada de faculdades de filosofia por todo Brasil, primeiramente, por ser um curso que exigia pequenos gastos na construção e na manutenção, e, em segundo plano, no caso específico da Faculdade de Filosofia de Uberlândia, contou-se com a participação incisiva da iniciativa privada.

A partir desse momento, devido à expansão da cidade e da região, juntamente com o aumento da pressão dos jovens em busca de um Curso Superior em Uberlândia, formaram os cursos de História (1965), Matemática (1967), Ciências (1970), Geografia (1971), Estudos sociais (1972), Ciências Biológicas (1972), Química (1974) e Psicologia (1975), além dos dois cursos já existentes, de Pedagogia e Letras (GOMES *et al*, 2003, p.20).

Dessas Escolas de Ensino Superior, cinco delas, especificamente a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (1960), a Faculdade de Direito de Uberlândia

(1960), a Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (1963), a Faculdade de Engenharia de Uberlândia (1965) e a Faculdade de Artes de Uberlândia (1969), uniram-se para formar a Universidade de Uberlândia, criada pelo decreto - lei nº 762 de 14 de agosto de 1969, determinando novas diretrizes para o ensino superior de Uberlândia e região (GOMES *et al*, 2003, p.20-21).

Concomitantemente à formação da UnU, surgiram outras instituições, dentre elas a Faculdade de Odontologia (1970), a Faculdade de Medicina Veterinária (1971) e a Faculdade de Educação Física (1972).

Em 11 de dezembro de 1972, essas faculdades foram integradas à Universidade de Uberlândia e, finalmente, em agosto de 1974, com o reconhecimento da Faculdade de Medicina e Cirurgia, essa escola também passou a fazer parte da UnU, Fundação chamada Universidade de Uberlândia, que teve como primeiro presidente o professor Miltom Magalhães Porto, que exerceu o cargo até 1978, ou seja, até a sua federalização (GOMES *et al*, 2003, p.21).

Como na grande maioria dos projetos, para que eles tenham êxito, é necessária a presença de um grupo estratégico direcionando as “forças” para que os objetivos sejam realizados com sucesso. No caso da implementação da Universidade de Uberlândia, não foi diferente, ocorreu a participação decisiva de um pequeno grupo de idealizadores, educadores e políticos. Porém, não se pode olvidar que o processo de criação das Faculdades contou com o entusiasmo e a participação de grande parte da população uberlandense.

Evidenciando o trabalho de Gomes *et al*, pode-se compreender que:

Assim, não devemos nos surpreender em determinados momentos com estranhas alianças políticas, que seriam perfeitamente compreensíveis se localizadas em seus devidos contextos históricos. Estes estranhos acordos políticos podem ser explicados pela natureza endogâmica que marcou a constituição da cidade. Apesar das divergências, as famílias tradicionais procuravam realizar os casamentos de seus filhos com membros da mesma classe social. Desta maneira, diversos segmentos da elite mantinham estreitas relações de parentesco.

A história tradicional da cidade referia-se, freqüentemente, aos feitos desses “grandes homens”, que se estabeleceram na região com o propósito definido de ocupação e fixação econômica e que foram criando escolas, aconselhando os moradores, enfim, organizando as relações sociais na cidade em moldes que garantissem um mínimo de organização política da sociedade local – o que lhes dava, além de tudo, prestígio – combinando, para tal, mecanismos de poder pessoal e institucionais. (GOMES *et al*, 2003, p.24).

Deve ser evidenciado que a criação da Universidade de Uberlândia (UnU) em 14 de agosto de 1969, aconteceu por meio da utilização do Decreto – Lei nº. 762, com base em um ato de exceção do Governo Militar, ou seja, o Ato Institucional nº 5, que, conforme afirmado previamente, atingiu frontalmente os direitos e garantias individuais e coletivos. Apesar de tal afronta aos direitos dos cidadãos, o chefe da Casa civil, Rondon Pacheco¹¹, valendo-se da sua influência junto ao Governo, utilizou-se desse Ato e conseguiu a autorização para a criação da UnU.

Nesse período, pode-se inferir que o Governo Militar considerava mais seguro incentivar uma interiorização do ensino superior, talvez como uma forma de tentar desconcentrar e desarticular o movimento estudantil, pois tal medida vinha também ao encontro de uma demanda crescente da categoria média interiorana por Escolas de Ensino Superior.

O incremento da pressão para interiorização do Ensino Superior brasileiro advindo, principalmente, das categorias médias, veio do fato de que, para conseguir acesso às universidades para seus familiares, os pais precisavam manter os filhos nas capitais, gerando altos custos. Além disso, pode-se perceber no relato de alguns entrevistados que havia um sentimento de saudade e angústia ao ver os filhos irem para cidades distantes, em busca de

¹¹ Bacharel em Direito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República – Anos de 1967/1970, Governador do Estado de Minas Gerais – Anos de 1971/1975. Entrevista em anexo.

uma melhor graduação escolar. Assim, a solução para eles foi reivindicar aos políticos que trouxessem Escolas de Ensino de 3º grau para o interior.

As Faculdades Isoladas presentes nas pequenas cidades, na maioria das vezes, ficavam submetidas ao controle do grupo dominante local, ficando longe da “má” influência dos movimentos estudantis de resistência ao Regime Ditatorial.

A criação da Universidade de Uberlândia foi marcada por atos de exceção e incidentes inconstitucionais, que continuaram até o advento da sua federalização. De acordo com Ribeiro, pode-se constatar que:

E a Universidade só veio em 1969, criada no papel. Criada através de uma lei, baseada num ato institucional, nossa Universidade, eu não sei se você sabe, ela foi criada através de ato de exceção. É interessante! O Ministro Rondon Pacheco era ministro da Casa Civil do Costa e Silva. Estava sendo articulado entre ele, Tarso Dutra e também naquela época já com a presença do Ministro Golbery – mas sem participar diretamente do governo – a criação de duas Universidades Federais: uma no Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande. O Rondon, sabendo dessa articulação, encaixou a Universidade de Uberlândia. Estava sendo feito quando vem a morte de Costa e Silva. Aí, instituiu-se a junta militar, um triunvirato, que administrou o Brasil durante um certo período. O Nilton Ramos era vice-presidente, mas não podia assumir, porque era civil, né. E mineiro! Mas, então, a junta militar criou uma série de atos institucionais. Um dos atos institucionais que foram instituídos foi o que dava à junta militar a capacidade de instituir leis, promulgar leis. Essas leis estavam fora de qualquer tipo de análise, inclusive do próprio Poder Judiciário. Era um ato de exceção violentíssimo! Chamava-se Ato Institucional 16. E baseado neste ato é que foi criada a Universidade de Uberlândia, na época, não era federal ainda, mas com características de Universidade Pública...Com intenção de ser uma Universidade Pública. Foi a Universidade de Uberlândia e a Universidade da cidade do Rio Grande. (RIBEIRO, 1995, p.90).

Desta maneira, pode-se avaliar o quanto os militares abusavam do poder, a ponto de desrespeitar até as outras instâncias do Legislativo e do Judiciário, o Governo não admitia ingerências nas suas ações, e governava com repressão e regras severas. No caso das faculdades uberlandenses, podem-se notar as alianças entre a categoria dominante local e os

políticos, tentando se beneficiar dos Atos Institucionais dos militares para angariar benefícios para a cidade de Uberlândia e Região.

Outros fatores relevantes e favoráveis ao desenvolvimento de Uberlândia foram às alianças políticas e o crescimento populacional predominantemente urbano, pois:

Este crescimento também favoreceu o fortalecimento dos políticos locais, que procuraram influenciar o governo federal no sentido de resguardar o que consideravam ser os “interesses da cidade”. Como pontua GOMIDE, o vínculo político entre a elite triangulina e setores expressivos do governo federal foi sendo reforçado ao longo do processo de desenvolvimento da região: *A aliança entre os políticos locais e os interesses do estado centralizador marcaram a História do Triângulo. O estado forte, ora incorporado na ideologia populista pós-1930, ora travestido de democrático pós-1946, ora seguindo os preceitos geopolíticos expressos na doutrina nacionalista pós-1964 e mesmo sob o aparato redemocrático dos anos 1980, esteve sempre presente no Triângulo. Essa presença se expressa nas ações que reforçavam a sua posição de estado compactuado politicamente com interesses da classe dominante, a qual sempre representou e ainda representa.* (GOMES *et al*, 2003, p.21) (SIC).

Para compreender o contexto do processo de formação das Faculdades isoladas em Uberlândia, a concretização da UnU, e, finalmente, com a Federalização, a história da UFU e seus cursos, dentre eles, o de Odontologia, necessário se faz, analisar as práticas sociais e políticas das categorias uberlandenses detentoras do capital, que desenharam um discurso político local baseado nos conceitos desenvolvimentistas que permeavam todo país.

Nesse instante, é importante salientar que o desenvolvimentismo nacional foi fundado nas práticas políticas de planejamento, em que não se procuravam mais criar a nação, mas, ditavam que já era o momento de desenvolvê-la.

Sendo assim, essas práticas políticas e sociais transformaram as ações propostas pelos governos e demais agentes políticos, inaugurando a fase do planejamento sistematizado que foi adotado, aproximadamente, a partir de 1950.

O desenvolvimentismo presente em Uberlândia, sob o contexto da Ditadura Militar, teve suas “raízes” lançadas desde os governos anteriores ao de Juscelino Kubitschek. Nesse último, os preceitos desenvolvimentistas assumiram sua forma mais consolidada, em virtude do plano de metas, cujo *Slogan* foi “50 anos em 5”.

Nessa perspectiva, as práticas desenvolvidas representavam a direção que o país deveria seguir, trilhando um caminho de mudanças rápidas capazes de transformar o perfil do Brasil com a industrialização e a modernização, em um curto prazo.

Então, essa política desenvolvimentista aplicada intensamente desde o Governo de Juscelino Kubitschek, seguiu dentro de outra conjuntura, até a década seguinte sob os auspícios da Ditadura, fazendo permanecer presente o seu reflexo na vida da população brasileira, no contexto do Regime Militar.

Pode-se observar um paradoxo entre as necessidades básicas do povo e a política desenvolvimentista discursada, visando o crescimento, ao desenvolvimento e à modernização do país. Percebe-se uma incongruência entre o crescimento industrial tão exaltado por alguns historiadores do período recortado, e os problemas sociais existentes que acometiam grande parte da população nacional. Tem-se uma vasta historiografia que traz uma visão privilegiada do desenvolvimentismo, reverenciando as práticas políticas, na maioria das vezes, somente como algo bom.

Porém, deve-se ressaltar que, em vários momentos, foram silenciadas as “vozes” daqueles a quem o desenvolvimentismo mais atingiu, ou seja, a população carente. Em Uberlândia, o desenvolvimentismo praticado sob a égide dos detentores do poder local, articulados com o Governo Militar, também tentou construir um discurso e uma imagem de uma cidade progressista, desenvolvida e moderna, buscando camuflar os problemas de falta de moradia, ausência de infra-estrutura básica, transporte e da miséria social.

Pode-se constatar que nos discursos oficiais desenvolvidos no seio da sociedade uberlandense havia uma ênfase na atividade laboral, afirmando-se que a cidade de Uberlândia deveria cumprir a finalidade de trazer um crescimento não só para ela própria, mas para toda Região do Triângulo Mineiro. Nesse sentido, pode-se constatar uma tentativa de implementar o Projeto Nacional Desenvolvimentista do Governo Militar em Uberlândia.

Analisando o período recortado, pode-se observar que os grupos dominantes locais, sejam de ordem econômica, social ou intelectual estavam unidos em consonância com os políticos estaduais e o Governo Federal, procurando inserir a cidade nesses preceitos de progresso em busca da modernidade.

O desenvolvimento de vários desses projetos de crescimento da cidade de Uberlândia se concretizou entre os anos de 1960 e 1970, refletindo o “progresso econômico” pelo qual passava o Brasil, e também a articulação e a sintonia das categorias dominantes locais com o Governo Militar.

Nas palavras de Gomes, um estudioso da história da Universidade Federal de Uberlândia:

O projeto de criação da UnU (Universidade de Uberlândia) foi pensado desde o início para alcançar a federalização sem perder o controle político da mesma, utilizando-a como um “cartão de visitas”, elevando o “status” e o poder de atração da cidade, caracterizando-a como uma cidade universitária e conseguindo, ao mesmo tempo, a injeção de volumosas verbas federais na economia local (GOMES *et al*, 2003, p. 21-22).

Permanece nos dias de hoje, entre os políticos tradicionais da cidade, o discurso de que o crescimento e o desenvolvimento de Uberlândia se deram devido, substancialmente, à união dos seus representantes políticos, os quais, muitas vezes, deixaram os interesses partidários e as divergências particulares de lado em prol de melhorias para “cidade e região”.

É o que se pode constatar na fala do político Homero Santos¹², quando questionado sobre quem e quais interesses a instalação da Faculdade de Odontologia estaria atendendo. Para o ex deputado:

O maior beneficiado foi a sociedade, uma vez que a representação política de toda região soube corresponder à expectativa e anseio de todo povo. Destaco que não havia interesse econômico na sua instalação, mas um forte desejo de inserir nossa cidade e região no seletivo (à época) grupo de cidades que ofereciam ensino superior.

Observa-se, na fala desse político a continuidade de um discurso que tenta mostrar uma Uberlândia unida e homogênea, evidenciado nos seguintes termos: “O maior beneficiado foi a sociedade [...] a representação política de toda região soube corresponder à expectativa e anseio de todo povo”. Deve-se atentar, apesar dessa afirmação, para a existência de “múltiplas Uberlândias”, que são apresentadas, na sequência.

Primeiramente, uma Uberlândia unida em torno de uma dada representação, em outro momento, outra Uberlândia contradizendo-a claramente, pois ao mesmo tempo em que se percebe uma cidade que anseia entrar ao seletivo grupo de cidades que ofereciam ensino superior, sob um viés diverso do anterior, observa-se outra Uberlândia com sérios problemas de abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico e deficiências nos setores de saúde, acometendo grande parte da população que não tinha sequer a possibilidade de ingressar para o grupo dos alfabetizados.

Após essa análise do surgimento do ensino superior em Uberlândia, no próximo capítulo, realizar-se-á uma interpretação da institucionalização da FOU, analisando a

¹² Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara; Vice-Presidente do TCU - Anos de 1995/1996, Presidente da Primeira Câmara do TCU - Anos de 1995/1996, Corregedor do TCU - Anos de 1995/1996, Supervisor da Revista do TCU - Ano de 1995/1996, Presidente do TCU - Anos de 1997/1998, Vereador em Uberlândia - Anos de 1954/1962, Professor Universitário - Ano de 1962, Deputado Estadual em Minas Gerais - Anos de 1963/1970, Deputado Federal - Anos de 1971 a 1974/1974 a 1978/1978 a 1982/1982 a 1986 e 1986 a 1988. (entrevista em anexo).

gênese e a instalação dessa Escola, observando como foi formada a sua estrutura inicial e a sua realidade escolar, nos seus primeiros tempos.

CAPÍTULO II

FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE UBERLÂNDIA: CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO

Este capítulo tem como eixo principal a interpretação da institucionalização da primeira Escola de Odontologia de Uberlândia, analisando os elementos pertinentes à sua criação e a sua instalação.

Para a interpretação dos dados, procurou-se observar a estrutura inicial da FOU: base administrativa, previsão orçamentária inicial, constituição da biblioteca, laboratórios, seus primeiros professores, funcionários, diretores e alunos, estrutura didática, disciplinas e suas respectivas cargas horárias, Regimento Interno, sistema organizacional e, finalmente, como ocorreu a constituição dos departamentos dessa Escola.

Realizou-se, também, uma apreciação da realidade escolar da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, evidenciando os objetivos, funções, meios e suportes dessa instituição escolar, a partir dos documentos encontrados no Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia, conforme listados e indicados anteriormente.

2.1. Gênese e instalação da Faculdade de Odontologia da atual Universidade Federal de Uberlândia

Para alguns estudiosos da história das principais escolas de Uberlândia, seria um erro não pesquisar acerca da origem da FOU, uma instituição que, instalada nos anos 70 do século XX, abriu caminho juntamente com outras faculdades para a interiorização do Ensino Superior no Estado de Minas Gerais, colaborando na formação de lideranças científicas responsáveis pela divulgação do saber técnico/científico.

A criação dessa Escola de nível superior numa cidade do interior mineiro foi um ato de ousadia, visto que, segundo estatística municipal de Uberlândia - dados relativos ao ano de 1968, colididos pela Associação Comercial, Industrial e Agro-pecuária -, a cidade contava, até então, com apenas 140.600 habitantes e somente 123 dentistas para atender toda população desse município.

Segundo os números encontrados em um requerimento expedido pelo diretor da Autarquia Educacional de Uberlândia, Sr. Wilson Ribeiro da Silva, e, encaminhado para o CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE), requerendo em 26 de dezembro de 1969 a competente autorização para o funcionamento da Faculdade de Odontologia, em 1970, e conseqüente realização do primeiro exame vestibular na segunda quinzena do mês de fevereiro deste ano, pôde-se observar que, em 1969, a cidade de Uberlândia já contava com uma população estimada em 150.000 habitantes, mas, por outro lado, o número de profissionais apresentado foi de 77 odontólogos.

Cotejando essas duas estatísticas referentes, respectivamente, aos anos de 1968 e de 1969, pode-se afirmar que o crescimento populacional uberlandense foi de aproximadamente 9.400 habitantes, sendo que o número de profissionais da Odontologia diminuiu de 123 para 77 dentistas.

No entanto, não se pode confirmar que de um ano para o outro o número de cirurgiões dentistas em Uberlândia sofreu um déficit real de 46 profissionais; pode-se inferir que na estatística de 1968 incluíram-se os dentistas práticos, enquanto que, na segunda aferição, de 1969, somente foram contabilizados os odontólogos graduados e com diploma fornecido por uma Instituição de Ensino Superior. Deve-se ressaltar que, neste momento, grande parcela dos trabalhadores da saúde bucal, aproximadamente 37%, eram profissionais sem qualificação e formação técnico/científica.

Além destes fatores, certamente, a posição geográfica da cidade localizada no centro do Triângulo Mineiro, ponto de convergência de todas as rodovias que interligam os Estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, fez com que Uberlândia lutasse pela criação de novas faculdades e para ser reconhecida como o “Portal do Cerrado”, ou “Coração do Brasil”. Seu impulso comercial e sua posição estratégica, tanto no sentido militar como econômico, suas escolas Normal e Profissional, corroboraram o ideal para a concretização de tão moderno e arrojado projeto de Ensino Superior sonhado pelos grupos dominantes locais.

Como em nenhuma sociedade brasileira, conforme dissertado anteriormente, não havia em Uberlândia uma homogeneidade de vontades/representações e práticas sociais. Sendo assim, após algumas atribulações políticas, essa Faculdade foi criada com a aprovação e a publicação da Lei nº 4275, de 27 de setembro de 1966, que estabeleceu o estatuto da Autarquia Educacional de Uberlândia (doravante também denominada AEU). Seu Artigo 10 determinava inicialmente, a Autarquia Educacional instituída por esta lei instalará a Faculdade de Odontologia, que deverá funcionar no exercício de 1967. (LEI Nº 4257 de 27 de setembro de 1966. Artigo 10).

Assim, tem-se o nascimento legal da primeira Faculdade de Odontologia da cidade de Uberlândia, tendo os seus pilares idealizados e fundados em um contexto permeado

pela proposta política autoritária de expansão e interiorização do ensino superior, implementada pelo Estado ditatorial e por um projeto de modernização baseado nos preceitos desenvolvimentistas, apresentados *a priori*.

Logo após a vigência desse ordenamento, foi estabelecida, em outubro de 1966, uma comissão incumbida de organizar e preparar a instalação da escola de ensino superior de Odontologia da Autarquia Educacional de Uberlândia. A meta fundamental deste grupo era dar subsídios para fazer valer os ditames da Lei nº 4.257.

Esta comissão contou com a participação de nomes significativos para a cidade de Uberlândia, tais como: Gerson Mendes de Lima Junior, Laerte Alvarenga Figueiredo, Edmundo Rodrigues da Cunha Filho, Ângelo Damis, Índio Carvalho Luz, Josaphát Vieira Marques, Paulo Machado da Silveira, Waldemar Martins Ferreira (AUTARQUIA, 1966, Livro I, p.2).

Conquanto a Autarquia Estadual de Uberlândia (AEU) tivesse sido implementada legalmente, a inauguração da Faculdade de Odontologia não ocorreu como determinava a Lei nº 4.275, devido às enormes dificuldades e intempéries, tanto de ordem econômica quanto da falta de uma estrutura arquitetônica adequada para o recebimento dos equipamentos e o desenvolvimento do curso.

Somente em julho do ano seguinte, ou seja, em 1968, é que ocorreu de fato a instalação da AEU, sob o comando do primeiro diretor, professor Gerson Mendes de Lima Júnior¹³, que teve a secretaria instalada na sobreloja nº 18, do edifício Tubal Vilela, em Uberlândia, oferecendo atendimento em todos os dias úteis, no horário comercial.

¹³ Gerson Mendes de Lima era filho da cidade, mas residia em Belo Horizonte e atuava como professor da Faculdade de Odontologia da Universidade de Minas Gerais e da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica de Minas Gerais. Foi o primeiro coordenador da Autarquia Educacional de Uberlândia, mas foi exonerado do seu cargo antes da construção da Faculdade. Talvez por isso normalmente seu nome não tem sido lembrado como um dos idealizadores dela. (SIC) (LEMOS, 2003, p.28).

Estes fatos de autorização do funcionamento da entidade podem ser comprovados na reportagem apresentada pelo jornal “CORREIO DE UBERLÂNDIA”, que informava ter saído o decreto aprovando o estatuto da Autarquia:

Telegrama do prof. Gerson Mendes de Lima Jr. procedente de Belo Horizonte informa que o governador de Minas aprovou o estatuto da Autarquia Educacional de Uberlândia e que dentro de algumas semanas a entidade vai funcionar, iniciando a instalação da Faculdade de Odontologia nesta cidade. O Sr. Lima Jr. divulgará em breve, a cópia dos estatutos aprovados (Correio de Uberlândia, 19/01/1968, p.1).

Essa entidade – AEU – seria a mantenedora da Faculdade de Odontologia de Uberlândia. Para interpretar melhor o que foi e como deveria funcionar essa instituição recorreu-se ao conceito de autarquia elaborado por Carvalho Filho, demonstrando que:

Como todas as categorias de pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, as autarquias têm sua própria fisionomia, apresentando algumas particularidades que as distinguem das demais. Basicamente, são elementos necessários à conceituação das autarquias os relativos à personalidade jurídica, à forma de instituição e ao objeto [...] À luz desses elementos, pode-se conceituar autarquia como a pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado (CARVALHO FILHO, 2004, p.381-382).

Resolvida essa questão de que a mantenedora oficial seria a Autarquia Estadual de Uberlândia, a estrutura arquitetônica da Faculdade de Odontologia foi outro problema enfrentado por seus idealizadores/fundadores. Primeiramente, pelas dificuldades de se encontrar um prédio em Uberlândia que se adequasse à instalação dos consultórios odontológicos, que exigiam uma estrutura especial adaptada e diferenciada das demais escolas, e, depois, pela falta do envio de verbas pelo Estado e pelos desentendimentos políticos dos agentes internos.

Segundo afirmação do primeiro diretor da Faculdade de Odontologia, Dr. Laerte Alvarenga Figueiredo¹⁴, em entrevista gravada em 1980, o Diretor da AEU, Gerson Mendes de Lima Júnior, estaria dando prioridade à implantação do curso de Medicina Veterinária em Tupaciguara, colocando a Escola de Odontologia em segundo plano e queria ele também levar a futura Escola de Medicina para Araguari ou Tupaciguara, o que desencadeou fortes oposições, como pode ser observado no fragmento abaixo:

O deputado Homero Santos resolveu, juntamente com a criação da Faculdade de Odontologia, anexar a Faculdade de Medicina e a de Farmácia. Já tudo elaborado, fizemos uma reunião em sua casa e demonstramos a ele que a Faculdade de Farmácia seria inoperante em face de seu alto custo e também em relação à manipulação de laboratório, então todo industrializado. Mostrei-lhe que a Veterinária atenderia não só ao Triângulo como parte de São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Em face dessas questões ele substituiu a Faculdade de Farmácia pela de Veterinária e, então, permaneceu a Odontologia em prioridade, depois a Medicina e a Veterinária. Acontece que nessa caminhada os médicos resolveram trabalhar isoladamente. Então eles foram mais rápidos. ...Como não havia uma dotação orçamentária, o Deputado Homero Santos entendeu que seria melhor criar uma Autarquia Educacional em Uberlândia, um órgão independente, com dotação orçamentária própria. Mas não conseguimos instalar a Faculdade em 1967, por questões outras, e...mesmo porque o Gérson criou uma série de problemas não só com a Prefeitura e com a Associação Odontológica, mas também com o prefeito e levou a Faculdade de Veterinária para Tupaciguara. O prefeito desta cidade recebeu de braços abertos uma oferta dessas. O Gérson foi nomeado diretor da Autarquia e criou então o maior problema. Queria levar também a Escola de Medicina para Araguari ou Tupaciguara. Eu me contrapus e não deixei que isso acontecesse porque a Escola já estava instalada aqui. Foi necessário fazermos uma série de trabalhos para, através do deputado Homero Santos, conseguir a exoneração do Gérson. Ele foi exonerado (FIGUEIREDO, L. A. **A Faculdade de Odontologia de Uberlândia**. Entrevistadores: C. G. Caetano e M.M.C. Dib. Uberlândia. 1988 - A UFU no imaginário social - p.74).

¹⁴ Laerte Alvarenga Figueiredo foi presidente por três mandatos da Associação Brasileira de Odontologia e, participou da criação do Conselho Regional de Odontologia. Foi um dos principais atores do projeto de criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia e primeiro diretor dessa faculdade. Suas ações não se restringiam apenas ao papel institucional, visto que oferecia sua residência como estadia para professores visitantes e abdicava de recursos financeiros próprios para pagamento de professores. Foi exonerado de seu cargo de diretor em 1973 e permaneceu como professor por mais alguns anos, após optar pela sua saída por não concordar com a nova política da instituição. Atuou durante toda a sua vida como cirurgião-dentista. As entrevistas aconteceram no seu consultório (Av. Afonso Pena) no ano de 2000, embora nossos contatos tenham permanecido. No ano de 2002, ocorreu o seu falecimento (LEMOS, 2003, p.28) (SIC).

A Escola Superior de Medicina conseguiu se estruturar e entrar em funcionamento antes do curso de Odontologia, que ainda se encontrava em dificuldade, pois não tinha um lugar determinado para seu funcionamento. Desta maneira, o curso básico da primeira turma de Odontologia foi ministrado na Escola de Medicina, após a celebração e a assinatura de um termo de convênio, que estabelecia um acordo de natureza educacional, entre as partes: de um lado, a Autarquia Educacional de Uberlândia, entidade de direito público, responsável pela instalação e manutenção da Faculdade de Odontologia de Uberlândia, naquele ato representada pelo seu Diretor, senhor Wilson Ribeiro da Silva, e, do outro lado, a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, entidade de direito privado, devidamente constituída e registrada, responsável pela manutenção da Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, naquele ato representada pelos senhores Dr. João Fernandes de Oliveira e José Olympio de Freitas Azevedo, respectivamente, Presidente e vice-presidente, sob a justificativa de que existia uma grande proximidade do conteúdo básico ministrado no início destes dois cursos da área biomédica.

Esse convênio, realizado dia 30 de dezembro de 1969, (Figura III, p.94), mediante prestação de pagamento feito pela Autarquia Educacional de Uberlândia, veio sanar algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelos idealizadores/fundadores da Escola. Primeiramente, possibilitou provisoriamente um local para o início das aulas junto ao Curso de Medicina, e, em segundo lugar, resolveu outro dos difíceis problemas, que era a composição de um corpo docente para formar a estrutura do quadro de professores para ministrar as disciplinas básicas.

A celebração deste convênio realizado pela Faculdade de Odontologia do interior do Triângulo Mineiro seguiu uma tendência nacional determinada pela Lei da Reforma Universitária de 1968, que estabeleceu a formação de departamentos,

principalmente, nas universidades de grande porte, para que resultasse na concentração de disciplinas em departamentos, primando por uma economia de recursos e por uma maximização de resultados, justificando-se que, desta forma, haveria uma racionalização material da utilização da estrutura predial – salas de aula, laboratórios, entre outros (Figura IV, p.95), e dos professores, que poderiam ser os mesmos para ministrar aulas, tanto no básico da medicina quanto no da Odontologia.

Porém, deve-se atentar que, no caso de escolas isoladas, como era o fato ocorrido com as Faculdades de Uberlândia, a intenção de montar os departamentos com o escopo de redução de gastos, não tinha uma justificativa lógica, pois essas faculdades isoladas contavam com um pequeno número de docentes; sendo assim, as funções do departamento de integrar e racionalizar os recursos tornavam-se inaptas e descaracterizadas.

A estruturação em departamentos foi uma das diretrizes traçadas pela Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68, que, apesar de não contribuir de forma tão intensa para economia e racionalização dos recursos das Faculdades de Uberlândia, serviu, como guarida legal, para facilitar e proporcionar a criação da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

Contudo, a Escola de Odontologia continuava com uma indefinição acerca do lugar adequado para sua estruturação arquitetônica, a fim de poder desenvolver as atividades específicas do Curso.

Várias foram as possibilidades apresentadas de local para fixação desta nova instituição. A princípio, surgiram propostas para que se instalasse em uma das salas do prédio do Mercado Municipal, onde funcionava a UESU (União dos Estudantes Secundaristas de Uberlândia), fato que aconteceria por meio de um acordo entre o prefeito e a direção desta entidade estudantil. Porém, devido às dificuldades financeiras e à necessidade de que o ambiente fosse reformado e adaptado para funcionamento da Escola, essa indicação não logrou êxito.

Uma outra hipótese, idealizada pelo diretor Laerte A. Figueiredo, foi a de utilizar o Colégio de Fátima¹⁵, situado à Avenida Engenheiro Diniz, e que estava em posse dos Freis franciscanos, para implantação da Escola de Odontologia. Porém, o prefeito Renato de Freitas tinha intenção de fazer daquele prédio um colégio. Sendo assim, a partir disto deu-se início a desentendimentos e discórdias entre os padres franciscanos e o diretor, não sendo possível um acordo para que a Faculdade se fixasse ali naquele instante.

O jornal “CORREIO DE UBERLÂNDIA” trouxe, em sua primeira página, a reportagem que afirmava que a Odontologia talvez não funcionasse em 1969, visto que:

Segundo fonte extra-oficial é bem possível que a Faculdade de Odontologia de Uberlândia não funcione no ano de 1969 porque o prédio a ela destinado será o da atual cadeia pública. Acontece que o edifício que o Estado vem erguendo nas proximidades da Faculdade de Medicina, para ser a penitenciária de Uberlândia, acha-se bastante atrasado, devido à vários fatores, destacando-se, falta de água, rede de esgoto e demora no erguer das paredes. Se há demora para conclusão da cadeia maior ainda haverá na instalação da Faculdade de Odontologia, pois o prédio da rua Tiradentes precisa quase ser reconstruído e adaptado para a escola superior. (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 10/11/1968, p.1).

Desta maneira, pode-se constatar que uma terceira sugestão para acomodação da Faculdade de Odontologia foi colocá-la no lugar da cadeia pública de Uberlândia, que futuramente (caso isso se concretizasse) poderia ser substituída/suprida por uma penitenciária. Também surgiu, neste momento, a idéia de utilizar o prédio que estava sendo construído nos arredores da Faculdade de Medicina, com o propósito de situar a nova cadeia pública.

No entanto, com vistas às dificuldades financeiras e a escassez de tempo pela premente necessidade de uma estrutura física/arquitetônica para instalar a Escola Superior de Odontologia, a Autarquia Educacional de Uberlândia conseguiu alugar o prédio do Colégio

¹⁵ Colégio de Fátima, Colégio dos Freis Franciscanos e Colégio Franciscano de Nossa Senhora são denominações diferentes que eram dadas para o mesmo estabelecimento, local onde, atualmente, está funcionando a Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, no endereço Avenida Engenheiro Diniz, 1178 - Cx. Postal: 593 - CEP: 38.400-902 - Uberlândia - Minas Gerais – Brasil.

dos Freis franciscanos situado na Avenida Engenheiro Diniz (onde atualmente funciona a reitoria da UFU) e dar andamento aos trabalhos.

Após muitas vicissitudes políticas, somente quatro anos depois de sancionada a Lei nº 4.275/66 a Faculdade de Odontologia foi fundada, aos 18 de março de 1970, visto que, só a partir desta data se definiu sua estrutura administrativa, didática e encaminhou o pedido para a autorização do funcionamento da Escola de Ensino Superior. Contudo, apenas no dia 21 de maio, do mesmo ano, que o Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici aprovou o decreto nº 66.610, juntamente com o Ministro Jarbas Passarinho, permitindo legalmente o funcionamento da Faculdade uberlandense. Esta defasagem vai ao encontro das análises de Ester Buffa e Paolo Nosella, pois, segundo os autores:

Sabe-se que, no Brasil, há normalmente uma defasagem temporal entre a criação e a instalação de escolas, especialmente públicas. A criação é atribuição do Poder Legislativo enquanto a instalação é atributo do Executivo, que destina à escola a ser instalada uma verba orçamentária e nomeia o diretor (ESTER BUFFA E PAOLO NOSELLA, 2000, p.28).

Logo depois, no dia 23 de maio, procedeu-se à instalação solene da Escola de Odontologia, oficializando-se sua fundação. Nesse momento, o Diretor da AEU, Sr. Wilson Ribeiro da Silva, assinou o edital do primeiro concurso de vestibular, que foi realizado a partir do dia 10 de junho de 1970. As respectivas aulas tiveram início após uma missa celebrada pelo Padre João Biagione ¹⁶, no final deste mesmo mês.

Teve-se, neste período, uma forte contribuição do primeiro diretor da Faculdade de Odontologia, o cirurgião dentista Dr. Laerte Alvarenga de Figueiredo, que ficou no exercício do cargo de 1970 a 1973, foi exonerado, em fevereiro de 1973, quando o

¹⁶ Padre João Biagione, conhecido popularmente como Padre Bolão, por ser uma pessoa obesa, natural de Araraquara, SP, foi ordenado sacerdote em 1959, em sua cidade natal, e em 1970 assumiu a Paróquia de Santa Terezinha (Catedral) em Uberlândia/MG. Nessa mesma época foi professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Uberlândia. (CARVALHO, 2002).

governador Rondon Pacheco transferiu as Escolas da Autarquia Educacional de Uberlândia para a Universidade de Uberlândia.

A partir desse momento, ocorreu a nomeação, pelo reitor Juarez Altafin, do professor Oswaldo Vieira Gonçalves, conhecido popularmente como professor Vadico, que, apesar de não ser um cirurgião dentista, com seus conhecimentos e experiência na área administrativa adquiridos como técnico de educação do Estado, teve um papel decisivo no processo de reconhecimento da Faculdade de Odontologia de Uberlândia.

Essa mudança de diretoria causou algumas divergências internas que, segundo as palavras do próprio reitor da época, Juarez Altafin, pode-se resumir da seguinte maneira:

A Faculdade de Odontologia divergiu da Reitoria num episódio que, superado, transformou-se num dos fatos mais gratificantes da minha gestão. Vai ele narrado no perfil que neste depoimento faço do Prof. Oswaldo Vieira Gonçalves. Em rápidas palavras, a divergência foi a seguinte: A Faculdade de Odontologia veio-nos de uma autarquia estadual. Depois de integrada à Universidade, venceu o mandato do Dr. Laerte Alvarenga. Para substituí-lo provisoriamente, nomeei diretor *pro-tempore* o Prof. Vadico, assim chamado o notável educador, Oswaldo Vieira Gonçalves, meu antigo reitor no Ginásio de Uberlândia. Não era da área. De formação farmacêutica, exercia o magistério superior na Faculdade de Filosofia de Uberlândia, para grande proveito dos alunos, em virtude da sua profunda cultura humanística. A nomeação caiu com uma bomba na Faculdade de Odontologia. No dia da sua posse, uma comissão de professores procurou-o no gabinete da diretoria e disse-lhe, lealmente, que ele, como diretor, não era *persona grata* naquela escola. Porém, de acordo com o seu estilo de vida, o Prof. Vadico persistiu. Antes de findo o breve período da gestão *pro-tempore*, a mesma comissão voltou ao seu gabinete para pedir-lhe que continuasse no cargo, agora como diretor efetivo. Assim foi feito, por mais quatro anos, para benefício daquela prestigiosa Faculdade e confirmação da competência do Prof. Vadico como administrador, o que para mim não era segredo (ALTAFIN, Juarez. 1997, p.51-52).

Com o início do ano letivo, já nos primeiros meses do curso, os estudantes, reunidos especialmente para esse fim, fundaram o Diretório Acadêmico da Faculdade de Odontologia, e, em homenagem a um dos principais atores e idealizadores da Escola, intitularam a entidade estudantil com o nome de “Diretório Acadêmico Homero Santos”.

A partir desse momento, a Escola de Odontologia, apesar das dificuldades, dava prosseguimento às suas atividades educacionais e, ao final do ano letivo, realizou o segundo vestibular, que aconteceu no dia 24 de fevereiro de 1971.

A Faculdade de Odontologia tornou-se uma referência para toda a região do Triângulo Mineiro, passando a representar para a sociedade uberlandense o novo diapasão do desenvolvimento do Ensino Superior no município. Isso se deu por meio da valorização do estudo das Ciências Biomédicas. Pela tentativa de aproximação da pesquisa e da atuação dos acadêmicos e dos profissionais de saúde à comunidade, essa instituição tentou amenizar as problemáticas e deficiências de ordem técnica-científica que acometiam a população da cidade.

Além do Diretor da Faculdade de Odontologia, Dr. Laerte Alvarenga Figueiredo, não se pode esquecer de ressaltar a contribuição trazida pelos integrantes do primeiro Conselho Superior da Autarquia – Dr. Índio Carvalho Luz, Dr. Roberto Miguel, Dr. Alaor Álvares, Dr. Edison Pires de Carvalho, Dr. Layrton Borges de Miranda Vieira, e o suplente do Dr. Edmundo Rodrigues da Cunha Filho, o próprio Dr. Laerte A. Figueiredo¹⁷, os quais aprovaram as medidas prementes para o desenvolvimento da Instituição. Dentre elas, destaca-se a autorização para que, a partir do dia 9 de janeiro de 1972, acontecesse o primeiro Concurso Vestibular Unificado da AEU.

Como já exposto *a priori*, no final do ano de 1971, apesar das grandes dificuldades financeiras, a AEU alugou o prédio do Colégio Franciscano de Nossa Senhora de Fátima, implementando algumas adaptações para receber a Faculdade de Odontologia, cujas aulas começaram a ser ministradas, neste local, apenas no começo do ano de 1972. Neste ínterim, a primeira turma já havia finalizado o curso básico nas dependências da Escola Superior de Medicina, localizada no Bairro Umuarama.

¹⁷ Dados coletados no Arquivo Geral da UFU. Sendo a revista intitulada: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Odontologia: 10 anos de ensino e participação, Uberlândia, 1980, p.4.

Em junho de 1972, foi aberta a licitação para compra de equipamentos odontológicos para a construção da Policlínica da Odontologia. A instalação desta se concretizou em novembro do mesmo ano, com a presença dos políticos - o Governador Rondon Pacheco e o Deputado Federal Homero Santos - prestigiando a cidade de Uberlândia com uma inauguração solene da Clínica de saúde dentária.

Como homenagem prestada pelos representantes da Faculdade de Odontologia a esse Governador, a clínica Odontológica recebeu o nome de Policlínica Rondon Pacheco, para que, simbolicamente, fossem registrados os protestos de estima da população uberlandense em virtude do apoio fundamental e decisivo que recebeu desse político do Estado de Minas Gerais.

Ao término deste mesmo ano, o Governo do Estado resolveu transferir as Escolas pertencentes à AEU para a Universidade de Uberlândia, tendo o Governador Rondon Pacheco sancionado Lei para tal ato e firmado escritura pública no dia primeiro de fevereiro de mil novecentos e setenta e três. Assim, finalmente, em 1974, como resultado da soma de vários esforços, comemorou-se a formatura da primeira turma¹⁸ de Odontologia de 1973 FOU.

A título de enriquecimento, podem-se observar as homenagens prestadas e uma relação descritiva dos primeiros alunos graduados pela Faculdade de Odontologia de Uberlândia no artigo do jornal “O TRIÂNGULO” (1974):

Odontologia formou ontem 42 Dentistas: Primeira Turma
Brilhantes solenidades marcaram ontem a colação de grau da primeira turma da Faculdade de Odontologia da Universidade de Uberlândia, no salão do cine Uberlândia, às 20hs. São 42 novos dentistas que irão integrar a vida científica brasileira após brilhante curso em nossa escola, que é das melhores aparelhadas do interior. A cerimônia teve início às 19 hs. Com solene missa de ação-de-graças na Catedral, de Santa Terezinha. Depois, às 20 hs. No Cine Uberlândia, a solenidade de colação de grau.

¹⁸ Observar relação dos alunos graduados pela Faculdade de Odontologia de Uberlândia egressos da Turma de 1973 – TABELA III, em anexo.

Hoje no Praia Clube, o Baile de Formatura oferecido às famílias dos odontolandos e à sociedade uberlandense. O orador da turma foi o odontolando Paulo Sérgio de Carvalho e o juramento esteve a cargo de Alfredo Júlio de Oliveira. Parainfou os novos dentistas o prof. Dioracy Fonterrada Vieira, sendo patrono o prof. Laerte Alvarenga Figueiredo. Eis a relação dos formandos de ontem pela nossa faculdade de Odontologia: Abelardo Henrique testa, Abrahão José Mine, Alberto Magno Ribeiro de Paiva, Alfredo Júlio de Oliveira, Ana Maria Lisboa Silva, Antonio Ferreira Melo, **Antonio Mario Buso**, Arnaldo Queiroz Machado, Byron Lacerda, Carlos Antônio Colmanetti, Célia Regina de Souza, Consuelo Fátima Pelizzaro, Édio Elias Borges, Edison Vieira da Costa Junior, Edihonima Vieira Vaz, Eduardo Borges de Rezende, Élcio de Freitas Pedrosa, Eneida Marques de Andrade, Fausto Borges Campos, Ione Rodrigues de Souza, João Vieria da Costa Neto, José Antônio Lobato, Jorge Cunha, José Rubens Bernardes Coelho, José Vanderlei de Almeida, Lourdes Maria de Souza, Luiz Mário Guimarães Gonçalves, Luiz Umberto de Oliveira, Marcelino Mendes Rezende, Marcus Alves da Rocha, Maria E. Resende Jorge, Maria Francelina de Barcelos, Mario Francisco Pereira, Miltom Alves Cardoso, Neusa Maria dos Anjos, **Paulo César Azevedo**, Paulo Ferreira Rangel, Paulo Sérgio Carvalho, Rachef Kobal, Regina Maria Tolesano, Ronan Corrêa Neves, Shirley Cecim de Castro

Por que estes nomes???? Porque a eles devemos nossos agradecimentos pelo esforço e coragem que tiveram ao enfrentar os primeiros problemas. São estes os pioneiros de uma grande jornada... Deixaram rastos, e rastos fortes que jamais se apagarão! (Jornal “O Triângulo”, Uberlândia, Ano XLV, 9/02/1974) (Grifos do pesquisador para evidenciar os entrevistados dessa turma).

Na citação acima é importante ressaltar a atuação da imprensa local tentando consolidar uma significação/representação, forjando no seio da comunidade uberlandense um sentido positivo e heróico na concretização da Escola e da formatura dos pioneiros do Curso de Odontologia de Uberlândia.

Deve-se destacar a concretização da formatura da primeira turma de Odontologia de Uberlândia que se deu pela junção de inúmeros esforços e fatores; porém, ressalta-se a importante participação de Rondon Pacheco, que, na posição de presidente do Diretório Nacional da ARENA, valeu-se de sua influência e persuasão para acelerar o processo de tramitação e aprovação junto à Câmara dos Deputados e ao Senado,

demonstrando a importância da força política para se concretizar práticas sociais de relevância.

A primeira turma se formou, entretanto, para que a Autarquia Estadual de Uberlândia pudesse realizar vestibulares nos anos seguintes, foi necessário o reconhecimento da mesma pelo Conselho Federal de Educação. A Lei não permitia, sem o devido reconhecimento, a continuidade da realização dos exames seletivos para Escola de Graduação Superior.

Finalmente, em outubro de 1975, pelo Decreto-lei 76.380, a Faculdade de Odontologia de Uberlândia foi reconhecida pelo Conselho Federal de Educação e, em 24 de maio de 1978, pelo Decreto-lei 6532, institui-se sua federalização, passando a fazer parte da Universidade Federal de Uberlândia.

A partir deste momento, com a federalização, a Faculdade de Odontologia se integrou aos cursos da Universidade Federal de Uberlândia, passando a ser denominada FOUFU (Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Uberlândia), e teve suas atividades transferidas do prédio da Avenida Engenheiro Diniz para o Campus Umuarama, o qual, a partir desse momento, concentrou todos os cursos referentes à área das Ciências Biomédicas.

No tópico seguinte, analisar-se-á a estrutura inicial da FOU, apresentando: quem foram seus primeiros gestores administrativos, alguns aspectos do Regimento Interno, algumas características estruturais que foram avaliadas pelo Conselho de Educação, como foi preconizado o Sistema Organizacional, como se constituiu os Departamentos e a carga horária destinada as disciplinas do Curso de Odontologia de Uberlândia.

**ASSINATURA DO CONVÊNIO ENTRE A FACULDADE DE MEDICINA
DE UBERLÂNDIA E A FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE
UBERLÂNDIA REALIZADA DIA 30/12/1969**



FIGURA 3. Foto copiada do Arquivo Geral da Universidade Federal de Uberlândia.
Da esquerda para a direita: Renato Alves Pereira, Laerte Alvarenga de Figueiredo, Jacy de Assis, Homero Santos, Renato de Freitas, Wilson Ribeiro.